

ENTREVISTA: Osmar Pires defende métodos democráticos para lidar com questões ambientais

# GOIÁS

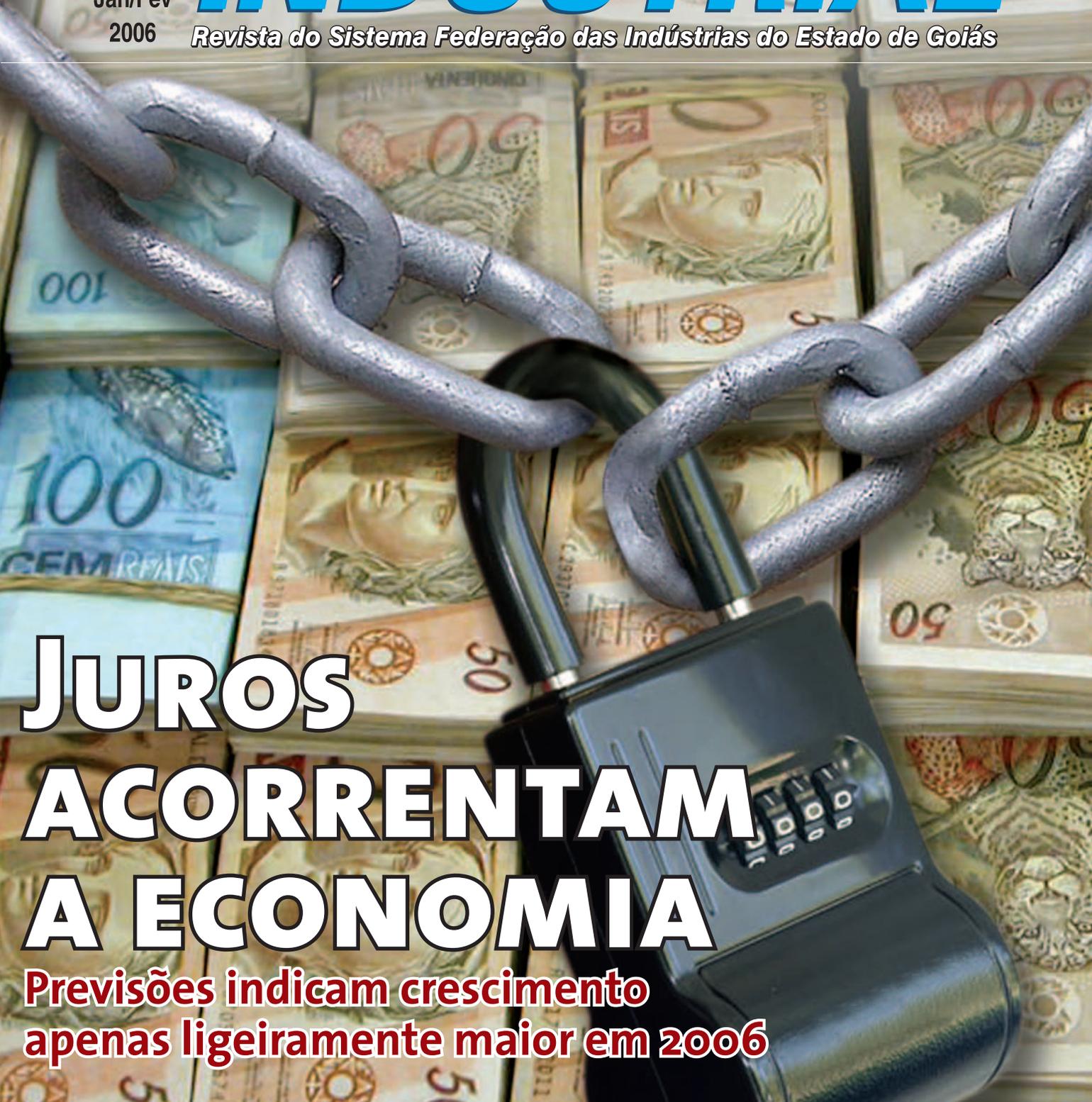
FIEG  
SESI  
SENAI  
IEL  
ICO BRASIL

Sistema  
**FIEG**

Ano 37  
nº 208  
Jan/Fev  
2006

# INDUSTRIAL

*Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás*



# JUROS ACORRENTAM A ECONOMIA

**Previsões indicam crescimento  
apenas ligeiramente maior em 2006**

Promovendo o sucesso  
das empresas e das  
pessoas



Instituto Euvaldo Lodi



● Interação  
Escola-Empresa

● Consultoria  
em Gestão  
Empresarial

● Estudos  
e Pesquisas

Goiânia

(62) 3219-1448



Anápolis

(62) 3311-1761



Luziânia

(61) 3601-3615



Rio Verde

(64) 3623-4876



Itumbiara

(64) 3404-8083

[www.ielgo.com.br](http://www.ielgo.com.br)

## 16

## A mordadaça dos juros

Política de arrocho deverá ditar ritmo angustiantemente lento para a economia também em 2006



## 11

## Meio ambiente e avanços

Conversações entre indústrias e autoridades ambientais entram em nova fase, enquanto crescem investimentos em preservação de recursos naturais

## 22

## Pequenas empresas pressionam

Setor incrementa mobilização para preservar principais conquistas incluídas na proposta de lei geral examinada pelo Congresso, segundo Humberto Rodrigues de Oliveira, presidente do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa da Fieg



## 32

## Brasil alfabetizado

Programa do Sesi colhe bons resultados com pesquisa e capacitação de professores voluntários

## SISTEMA FIEG

### Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Paulo Afonso Ferreira  
Av. Araguaia, no 1.544, Ed. Albano Franco,  
Casa da Indústria - Vila Nova  
CEP 74645-070 - Goiânia-GO  
Fone (62) 3219-1300 / Fax (62) 3229-2975  
Home-page: [www.sistemafieg.org.br](http://www.sistemafieg.org.br)  
E-mail: [fieg@sistemafieg.org.br](mailto:fieg@sistemafieg.org.br)

### Núcleo Regional da FIEG em Anápolis

Presidente: Waldyr O'Dwyer  
Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A,  
Bairro Jundiá CEP 75113-630 Anápolis-GO  
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565  
E-mail: [nureaps@sistemafieg.org.br](mailto:nureaps@sistemafieg.org.br)

## DIRETORIA DA FIEG

### PRESIDENTE

Paulo Afonso Ferreira

### PRESIDENTE DE HONRA

José Aquino Porto (in memorian)

### 1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Alves de Oliveira

### 2º VICE-PRESIDENTE

Wilson de Oliveira

### 3º VICE-PRESIDENTE

Ivan da Glória Teixeira

### VICE-PRESIDENTES

Aluísio Quintanilha de Barros  
César Helou  
Flávio Paiva Ferrari  
Joviano Teixeira Jardim  
Marley Antônio da Rocha  
Ubiratan da Silva Lopes  
Eduardo Cunha Zuppani  
Luis Antônio Vessani  
Carlos Alberto Vieira Soares  
Fábio Rassi  
Sávio Cruvinel Câmara  
Elton Teles de Campos  
José Luiz Martin Abuli  
Aldrovando Divino de Castro Júnior

### SESI

#### Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Paulo Afonso Ferreira  
Superintendente: Paulo Vargas  
E-mail: [adm.sesi@sistemafieg.org.br](mailto:adm.sesi@sistemafieg.org.br)

### IEL

#### Instituto Euvaldo Lodi

Diretor Regional: Daniel Viana  
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos  
Home-page: [www.ielgo.com.br](http://www.ielgo.com.br)  
E-mail: [iel@sistemafieg.org.br](mailto:iel@sistemafieg.org.br)

### SENAI

#### Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas  
Home-page: [www.senaigo.com.br](http://www.senaigo.com.br)  
E-mail: [senaigo@senaigo.com.br](mailto:senaigo@senaigo.com.br)

### ICQ BRASIL

#### Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor Regional: Daniel Viana  
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos  
Home-page: [www.icqbrasil.com.br](http://www.icqbrasil.com.br)  
E-mail: [icq@icqbrasil.com.br](mailto:icq@icqbrasil.com.br)

### 1º SECRETÁRIO

Hélio Naves

### 2º SECRETÁRIO

Luiz Gonzaga de Almeida

### 1º TESOUREIRO

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

### 2º TESOUREIRO

Antônio de Sousa Almeida

### CONSELHO FISCAL

Daniel Viana  
Heno Jácomo Perillo  
Waldyr O'Dwyer

### CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À CNI

Paulo Afonso Ferreira  
Sandro Antônio Scodro Mabel

### CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À FIEG

Abílio Pereira Soares Júnior  
Aldrovando Divino de Castro Júnior  
Aluísio Quintanilha de Barros  
Anísio Queiroz de Carvalho Jr.  
Antônio Clóvis Carneiro  
Antônio de Sousa Almeida

Carlos Alberto Diniz  
Carlos Alberto Vieira Soares  
Carlos Queiroz de Paula e Silva  
Carlos Roberto de Araújo  
Carlos Roberto Viana  
César Helou  
Cláudio Henrique Chini  
Cyro Miranda Gifford Júnior  
Daniel Viana  
Domingos Vilefort Orzil  
Edmar Sabino Neves  
Eduardo Cunha Zuppani  
Elton de Teles Campos  
Emílio Carlos Bittar  
Eurípedes Felizardo Nunes  
Fábio Rassi  
Flávio Paiva Ferrari  
Francisco de Faria  
Francisco Gonzaga Pontes  
Frederico Martins Evangelista  
Gilda Leite Pereira  
Guimar Alves da Silva  
Henrique Wilhem Morg de Andrade  
Hélio Naves  
Hélio Naves Júnior  
Humberto Rodrigues de Oliveira  
Jaime Canedo  
Jair Rizzi  
Jerry de Paula  
João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima  
Jorge Luiz Biazuz Meister  
José Antônio Simão  
José Luiz Martin Abuli  
José Magno Pato  
José Romoaldo Maranhão Neto  
José Vieira Gomide Júnior  
Joviano Teixeira Jardim  
Laerte Simão  
Leonardo Jayme de Arimatéa  
Leopoldo Moreira Neto  
Luiz Antônio Vessani  
Luiz Gonzaga de Almeida  
Luiz Rézio  
Marley Antônio Rocha  
Olavo Martins Barros  
Onofre Andrade Pereira  
Orlando Alves Carneiro  
Paulo Afonso Ferreira  
Pedro Alves de Oliveira  
Raimundo Viana Dutra  
Rodrigo Penna de Siqueira  
Sandro Antônio Scodro Mabel  
Sávio Cruvinel Câmara  
Segundo Braoios Martinez  
Ubiratan da Silva Lopes  
Uilson José Pinto  
Valdenício Rodrigues de Andrade  
Wellington Carrijo Soares  
Wilson de Oliveira

### Direção

José Eduardo de Andrade Neto

### Coordenação de jornalismo

Joelma Pinheiro

### Edição

Lauro Veiga Filho

**Reportagem:** Andelaide Pereira, Célia Oliveira, Dehovan Lima, Geraldo Neto, Giovanna Amaral, Henrique Fonseca, Jávier Godinho, Eleyda Moreira e Isabel Alencar

**Colaboração:** Wellington da Silva Vieira

### Fotografia: Silvío Simões

**Diagramação:** ND Editora e Publicidade Ltda.

**Fotolito:** Oficina de Arte

**Impressão:** Gráfica Kelps (Asa Editora)

### Produção e Publicidade:

Rua 1034 nº 49, Setor Pedro Ludovico  
74823-190 - Goiânia-GO

Fone: (62) 3255-6262

E-mail: [nd@ndeditora.com.br](mailto:nd@ndeditora.com.br)

*As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista*

# GOIÁS INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás





Paulo Afonso Ferreira

# Meta de todos os candidatos

O decepcionante crescimento de 2,3% do PIB do Brasil em 2005, que o situou atrás de quase todas as nações americanas - à frente apenas do Haiti, o país mais pobre das Américas - merece ser estudado profundamente, para dele se tirarem lições úteis ao nosso futuro. Com essa anomalia, o empresário brasileiro, embora produzindo e contabilizando mais, não teve como aumentar sua receita, o que significa perda de margem de lucro e poder de investimento e modernização.

Não é de hoje que a Federação das Indústrias do Estado de Goiás, acrescentando sua voz ao coro de todo o Sistema CNI, cobra redução da taxa de juros, da burocracia, da carga tributária e da necessidade inadiável de investimentos públicos maciços em infra-estrutura. Nenhuma resposta prática veio, nada do essencial foi feito, tornando cada vez mais difíceis e onerosas as alterações nessa área. Em consequência, o Brasil cresceu abaixo da média mundial, desperdiçando o ambiente global de prosperidade, que é o mais significativo das últimas décadas. Se melhoraram os fundamentos financeiros de nossa economia, não conseguimos um crescimento maior e sustentável. Prosseguimos nas taxas de juros mais altas do mundo, com reduções irrisórias inibindo uma retomada de crescimento considerável.

Não é segredo para ninguém que a carga tributária entre nós ultrapassa 36% do PIB, com elevação de 10 pontos percentuais no decênio, enquanto caem os investimentos públicos em infra-estrutura, pois os recursos disponíveis são pulverizados no custo da

dívida pública. É esse o grande problema e sua relação com o PIB ultrapassou em 2005 os 51%, com o País pagando, em 2005, quase R\$ 150 bilhões somente de juros.

Os analistas reconhecem que a dívida externa, expressa em dólar, de US\$ 180 bilhões, vem diminuindo na participação da dívida total, baixando a menos de 40%, aumentando seu prazo e reduzindo o custo em decorrência da valorização do real e da queda dos juros internacionais e do Risco Brasil. A dificuldade maior localiza-se na dívida interna, lastreada em títulos públicos cujo perfil de prazo é de curto para médio. A preocupação cresce porque deveríamos estar elevando o nosso PIB, para enfrentar tão grave desafio. As-

susta-nos a realidade da taxa Selic prosseguir utilizada para combater a demanda por bens e serviços e, assim, segurar a inflação, sendo a mesma taxa indexadora de mais de 50% do estoque da dívida rolada no mercado de aplicações/captações financeiras. A continuar essa

política desastrosa, como a Nação estancará a montanha de dinheiro que jorra dos cofres públicos?

O Brasil precisa crescer a taxas maiores de 4%, nos próximos anos, para atender suas necessidades de emprego e geração de renda e suas demandas sociais, corrigir os desequilíbrios regionais e distribuir melhor a renda nacional e pessoal. É imprescindível que novo direcionamento econômico mereça prioridade nas discussões eleitorais que se iniciam e conste dos compromissos de todos os candidatos à Presidência da República. ■

---

**“O Brasil precisa crescer a taxas maiores de 4% para atender suas necessidades de emprego e geração de renda”**

---

Osmar Pires Martins Júnior

# Questão de bom senso

*Osmar Pires Martins Júnior gosta de se classificar como um dirigente público que não parou no tempo. Presidente da Agência Ambiental de Goiás, ele discute métodos e conceitos que resultem em melhor relacionamento entre natureza, indústria e sociedade. Em sua concepção, esse é o primeiro passo para a instalação de instrumentos modernos e de excelência na execução dos serviços democráticos, capacitadores e aglutinadores. À revista **Goiás Industrial**, ele fala dos desafios enfrentados pelo setor produtivo goiano para colocar em prática modelos de desenvolvimento sustentável.*

**Goiás Industrial** - O aperfeiçoamento do processo produtivo caminha em compasso com a necessidade de preservação ambiental?

**Osmar Pires** - O processo produtivo caminha no sentido da racionalização em todos os níveis. Isso significa melhorar todas as etapas da produção - início, meio e fim. A matéria-prima, a transformação, o beneficiamento, o consumo e o descarte, sempre considerando a preocupação de não alterar o equilíbrio do ecossistema. Para isso, torna-se necessário aperfeiçoar as técnicas de aproveitamento da matéria-prima retirada da natureza e seguir para uma série de procedimentos que permitam, lá no final, a utilização inteligente dos resíduos, que podem dar suporte aos sistemas de energia elétrica, de transporte, de consumo de combustível.

**Goiás Industrial** - Nesse ponto, o senhor vê alguma conscientização sobre as questões ambientais?

**Osmar Pires** - Inicialmente, a minha ênfase é para a produção que contribui para a preservação ambiental, que permite racionalizar todas essas etapas e reduzir custos. Se esse for o objetivo, o empresário adquire a consciência sobre a importância da preservação do meio ambiente. Não é

uma questão de diletantismo, nem de fé, utopia ou ideologia. O setor produtivo tem que atuar nessa área com base em outros pressupostos. Em minha opinião, o mais importante deles é a racionalização do processo produtivo aliada a uma consideração positiva da causa ambiental.

---

“O mais importante deles é a racionalização do processo produtivo, aliada a uma consideração positiva da causa ambiental”

---

**Goiás Industrial** - Esse procedimento é possível para uns, mas ainda difícil para outros. Essa idéia pode ser cumprida com eficiência no Estado de Goiás?

**Osmar Pires** - Claro. De fato, a racionalização do processo produtivo implica em investimento, em modernização da planta industrial, em avanços tecnológicos que dependem da ciência. Isso ainda é uma barreira. O que a Agência Ambiental está fazendo, em parceria com a Fe-

deração das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), é formular e executar políticas viáveis para Goiás.

**Goiás Industrial** - Na presidência da Agência Ambiental, o senhor percebe as principais dificuldades que afetam os empreendimentos nos processos de licenciamento ambiental?

**Osmar Pires** - O primeiro grande desafio é a adequação à legalidade. A clandestinidade é muito grande no setor de irrigação. Calculo que apenas 40% dos irrigantes têm a outorga e 20% têm a licença ambiental. O preocupante é que há uma margem de quase 40% que não possui sequer instalação legal da rede hidrelétrica.

**Goiás Industrial** - Número bastante significativo.

**Osmar Pires** - Isso se chama “gato”, na linguagem popular. Essas situações ocorrem em função do alto custo produtivo. E uma forma de reduzir as despesas é optar pela ilegalidade em relação às tarifas públicas. O governador de Goiás tem demonstrado preocupação no sentido de reduzir a burocracia e de diminuir custos para aumentar a legalidade e a capacidade produtiva. No que se

refere ao meio ambiente, desenvolvemos algumas iniciativas.

**Goiás Industrial** - Quais, por exemplo?

**Osmar Pires** - A primeira iniciativa é com o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Goiás (Sindiposto). Foi feito um acordo voluntário, que estabelece prazo de um ano para que mil postos de gasolina estejam legalizados, com licença ambiental e com a planta de remediação elaborada e protocolada na Agência Ambiental, diagnóstico para fazer o próprio plano de remediação. Assim, saberemos quantos postos precisam trocar seus tanques e suas tubulações. De acordo com as normas da Agência Nacional do Petróleo, são objetos corrosíveis e estão sujeitos a vazamentos que contaminam solos e lençóis freáticos. Os postos devem apresentar planos de ação e adaptar essa aparelhagem de acordo com as normas modernas dos organismos oficiais reguladores do meio ambiente no Brasil. Por exemplo, os donos de postos de combustíveis instalam tanques de dupla camada, sem contato direto com a terra, mesmo que sejam subterrâneos. O canal de tubulação permite vistorias e a dupla camada de sensores identifica o vazamento do produto sem comprometer recursos naturais. Se a primeira camada romper, o líquido escorre, é canalizado e adequado para armazenamento, pois há uma segunda camada que impede riscos maiores. Esse programa é avançado e resolve um problema que não é só de Goiás, mas do Brasil inteiro, que tem cerca de 700 pontos de contaminação, em decorrência de vazamentos de produtos derivados do petróleo.

**Goiás Industrial** - Quais os benefícios que esses empresários têm com o acordo coletivo?



**Osmar Pires: esforço para conciliar crescimento e preservação ambiental**

**Osmar Pires** - A mudança é em conformidade com a capacidade de investimento de cada empreendedor. Não há uma imposição de planos e prazos em “gabinetes”. Eles nem sempre conhecem a realidade produtiva. A grande vantagem é que o tempo de licenciamento aumenta e passa a ser de seis anos, reduzindo custos, papelada, burocracia, contratação de geólogos, geógrafos, engenheiros, biólogos e tantos outros serviços. Não será mais preciso elaborar planos todos os anos para apresentar à agência.

**Goiás Industrial** - E o outro exemplo?

**Osmar Pires** - Esse acordo já está fechado. A Associação Goiana de Suinocultores (AGS) está implantando o programa de tratamento dos resíduos da atividade com o uso de biodigestores. O produto gerado vai abastecer a própria suinocultura, a unidade agroindustrial, gerando cotas de crédito de carbono. Há pouco tempo, eles receberam a primeira delas. A agência emitiu a licença, um instrumento hábil para os suinocultores atuarem por meio da associação e de

uma consultoria que eles mesmos contrataram. Eles captaram o crédito e financiaram investimentos em tanques de tratamento de resíduos e geração de energia renovável. E ainda terão o mesmo benefício que os donos de postos de gasolina têm, que é o licenciamento ambiental por seis anos.

**Goiás Industrial** - E o terceiro?

**Osmar Pires** - A administração goiana firmou um termo de cooperação com o Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado de Goiás (Sifaeg), por meio do qual é desenvolvida uma consultoria internacional com a participação da Sociedade Pública de Gestão Ambiental do País Basco (Ihobe), uma entidade oficial certificadora da região norte da Europa, do qual fazem parte França e Espanha. É um objetivo que ainda não alcançamos. Mas estamos trabalhando com o objetivo de implementar um sistema de gerenciamento que permita ao álcool goiano alcançar o chamado selo verde, que o certifica como limpo, renovado e aceito internacionalmente. Isso significa colocar o produto na Europa, permitir a geração de energia renovável e de créditos de carbono e a redução do efeito estufa no mundo.

**Goiás Industrial** - E quais os benefícios disto?

**Osmar Pires** - Primeiro, sete unidades agroindustriais de açúcar e álcool conseguiram enquadramento no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), do governo federal, que pretende gerar energia renovável e limpa a partir de fontes como a biomassa. E elas já trabalhavam com o bagaço da cana-de-açúcar. O resíduo representava um grande problema para o funcionamento das usinas. Aparecia sempre em quantidade

enorme e, por mais que fosse transformado em torta, em alimento voltado para a agropecuária, não recebia uma destinação adequada. Acabava sendo poluente de fundos de vale.

---

## “A Agência Ambiental, em parceria com a Fieg, formula e executa políticas viáveis para Goiás”

---

Como esse programa busca analisar o processo produtivo dentro do enfoque de racionalização, o que representava empecilho tornou-se matéria-prima para alimentar as caldeiras, gerando energia térmica para a própria planta industrial e para o sistema elétrico brasileiro.

**Goiás Industrial** - Mas os contratos são fechados por um período muito longo.

**Osmar Pires** - As empresas conseguem um comprador seguro por 30 anos, cujo pré-requisito para o enquadramento foi a licença prévia emitida pelo órgão ambiental. É benefício para o setor produtivo e para o meio ambiente. Todas as empresas enquadradas no Proinfa são goianas. Este foi o único Estado brasileiro que colocou usinas de açúcar e álcool nesse programa.

**Goiás Industrial** - Por quê?

**Osmar Pires** - Desenvolvemos o programa de implementação do sistema de gestão ambiental de maneira que quando o decreto presidencial foi publicado no Diário Oficial todas as usinas já tinham condições de atender às exigências. Em janeiro passado, a usina Jales Machado recebeu R\$ 900 mil só de crédito de carbono.

**Goiás Industrial** - Nos dias atuais, está mais fácil ou mais difícil administrar conflitos entre o setor produtivo e os organismos da área ambiental? Basta conversar ou são necessárias providências diversas?

**Osmar Pires** - Em minha concepção, está mais fácil lidar com o setor produtivo. Em contrapartida, está mais difícil conversar com o setor público. Como exemplo, cito as delegacias da Polícia Federal e Civil. Estes setores atuam na visão de comando e controle, que se prende à crença de que o Estado pode tudo, é o dono da verdade.

**Goiás Industrial** - Isso não funciona mais?

**Osmar Pires** - De jeito nenhum. Isso é resquício da ditadura. Hoje, vemos pedidos mais absurdos partindo de promotores públicos, de delegacias de polícia. Alguns entendem que prender empresário resolve o problema do meio ambiente, que fechar uma fábrica vai dar resultado positivo. No meu modo de ver, ocorre o contrário, isso atrapalha, é prejudicial. Mesmo que uma fábrica seja fechada, que seu dono seja preso, a poluição vai ficar lá, para a sociedade arcar com os riscos e os prejuízos.

---

## “No setor sucroalcooleiro, o que representava empecilho tornou-se matéria-prima para alimentar as caldeiras, gerando energia térmica”

---

**Goiás Industrial** - Então, pode-se mesmo afirmar que existe conscientização do empresariado

goiano relativa às questões ambientais?

**Osmar Pires** - Claro. Vou te dar um exemplo histórico. O Brasil tem uma entidade chamada Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). E não é o governo que banca essa proposta.

**Goiás Industrial** - E quem banca?

**Osmar Pires** - É o setor produtivo, desde 1940. A ABNT é anterior à Organização Internacional de Padronização (ISO), de 1947, que é a mais conhecida instituição ambientalista do mundo. Ela não trabalha apenas no enfoque da paixão. Ela não é um Greenpeace.

**Goiás Industrial** - E os instrumentos de licenciamento ambiental nas esferas municipais, estaduais e federais são incentivadores do processo produtivo ou não?

**Osmar Pires** - Nossos instrumentos são resíduos da ditadura.

São ainda do período militar. Precisamos aperfeiçoá-los e adequá-los à nossa realidade.

“Alguns entendem que prender empresário e fechar fábrica resolve o problema ambiental. Isso atrapalha, é prejudicial”

**Goiás Industrial** - É outra queixa do empresariado: a inadequação das normas.

**Osmar Pires** - Sim. Os instrumentos têm que sair da concepção de comando e controle. Isso só faz com que a poluição seja assimilada pelo meio, cause doenças infecto-contagiosas etc. Esse método antigo

não despende esforços para resolver a situação. Precisamos caminhar para um novo conceito que é o dos instrumentos econômicos de gestão ambiental.

**Goiás Industrial** - Eles vão atuar de forma preventiva?

**Osmar Pires** - Eles têm essa premissa fundamental. Por ser instrumento econômico de gestão ambiental, a sua razão é a racionalização de processos. Ele age preventivamente, é um meio moderno e democrático, em que ocorre a prevalência do coletivo sobre o individual. Neste momento, lembro-me do Paulo Afonso Ferreira, presidente da federação. Em sua atuação à frente da Fieg e em todos os pronunciamentos que ele tem feito, fica evidente o entendimento de que o empresário é um agente social, um empregador, um gerador de tributos. Ele pode, a partir das regras estabelecidas na ISO e na ABNT, compatibilizar produção e preservação. ■

**LOCAMOS EQUIPAMENTOS PARA QUEM CONSTRÓI GOIÁS**

**VANTAGENS DA LOCAÇÃO**

- Reduz o imposto de renda sem capital imobilizado;
- Utilização de equipamentos somente no período de obras;
- Sem área de estoque e pessoal para controle;
- Equipamentos modernos;
- Garantia de funcionamento com assistência técnica e reposição.

**Alusolda**  
ALUGUEL DE MÁQUINAS DE SOLDA, VENDAS E CONSERTOS  
[www.alusolda.com.br](http://www.alusolda.com.br) / [vendas@alusolda.com.br](mailto:vendas@alusolda.com.br)  
**Fone: (62) 3549-6969** Rua das Avencas, 14 - Parque Primavera - Ap. de Goiânia

**SINDICATOS COM SEDE NA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS - FIEG**

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia / GO, CEP 74043-010

**SIAEG**

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás  
 Presidente: Sandro Mabel  
 Fone (62) 3224-4253 Fax 3224-9226 - siaeg@terra.com.br

**SIEEG**

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal  
 Presidente: Orlando Alves Carneiro  
 Fone (62) 3212-6092 Fax 3212-6092  
 sieeg@sistemafieg.org.br

**SIGEGO**

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás  
 Presidente: Antônio de Sousa Almeida  
 Fone (62) 3223-6515 Fax 3223-1062  
 sigego@sistemafieg.org.br

**SIMELGO**

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás  
 Presidente: Hélio Naves  
 Fone/Fax (62) 3224-4462 - contato@simelgo.org.br

**SIMPLAGO**

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás  
 Presidente: Jorge Luiz Biazuz Meister  
 Fone (62) 3229-2427 Fax 3224-5405  
 simplago@sistemafieg.org.br

**SINCAFÉ**

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás  
 Presidente: Sávio Cruvinel Câmara  
 Fone (62) 3212-7473 Fax 3212-5249  
 sincafe@sistemafieg.org.br

**SINDAGO**

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás  
 Presidente: Carlos Alberto Diniz  
 Fone/Fax (62) 3224-5583

**SINDIALF**

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás  
 Presidente: Daniel Viana  
 Fone (62) 3223-2050

**SINDIBRITA**

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF  
 Presidente: Fábio Rassi  
 Fone (62) 3224-9983 Fax 3223 - 6667  
 sindibrita@sistemafieg.org.br

**SINDICALCE**

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás  
 Presidente: Flávio Ferrari  
 Fone (62) 3225-6412 Fax 3225-6402  
 sindicalce@sistemafieg.org.br

**SINDICARNE**

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal  
 Presidente: José Magno Pato  
 Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521  
 sindicarne@sistemafieg.org.br

**SIMAGRAN**

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás  
 Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva  
 Rua T-30, nº 2.105 - Setor Bueno - CEP 74215-060 - Goiânia - GO  
 Fone/Fax (62) 3285-7009 - vessani@netgo.com.br

**SINDICURTUME**

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás  
 Presidente: João Essado  
 Fone (62) 3213-4900 Fax 3212-3970  
 sindicurti@uol.com.br

**SINDIGESSO**

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás  
 Presidente: José Luiz Martin Abuli  
 Fone (62) 3225-7888  
 sindigesso@sistemafieg.org.br

**SINDILEITE**

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás  
 Presidente: César Helou  
 Fone (62) 3212-1135 Fax 3212-8885  
 sinleite@terra.com.br

**SINDIPÃO**

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás  
 Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida  
 Telefax (62) 3225-1016  
 sindipao@sistemafieg.org.br

**SINDIREPA**

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás  
 Presidente: Aldrovando Divino de Castro Júnior  
 Fone (62) 3224-0121 - sindirepa@sistemafieg.org.br

**SINDMÓVEIS**

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás  
 Presidente: Carlos Alberto Vieira Soares  
 Fone/Fax (62) 3224-7296  
 sindmouveis@sistemafieg.org.br

**SINDTRIGO**

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste  
 Presidente: Aluísio Quintanilha de Barros  
 Presidente em exercício: Marco Antônio Batista  
 Fone (62) 3223-9703 - sindtrigo@sistemafieg.org.br

**SININCEG**

Sindicato das Indústrias de Calçário, Cal e Derivados no Estado de Goiás  
 Presidente: Raimundo Viana Dutra  
 Fone (62) 3223-6667 Fax 3224-9983  
 sininceg@sistemafieg.org.br

**SINPROCIM**

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás  
 Presidente: Marley Antônio da Rocha  
 Fone (62) 3224-0456 Fax 3224-0338  
 siac@sistemafieg.org.br

**SINDQUIMICA**

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás  
 Presidente: Eduardo Cunha Zuppani  
 Fone (62) 3212-3794 Fax 3225-0074  
 sinquifar@sistemafieg.org.br

**SINVEST**

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás  
 Presidente: Francisco de Faria  
 Fone/Fax (62) 3225-8933 - invest@sistemafieg.org.br

**SINDICATOS COM SEDE EM OUTROS ENDEREÇOS****SIAGO**

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás  
 Presidente: Pedro Alves de Oliveira  
 Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO  
 Fone (62) 3251-3166 Fax 3251-3691 - siago@cultura.com.br

**SIFAÇUCAR**

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás  
 Presidente: Segundo Braoios Martinez  
 Presidente Executivo: Igor Montenegro Celestino Otto  
 Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO  
 Fone (62) 3274-3133 Fax (62) 3251-1045

**SIFAEG**

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás  
 Presidente: Segundo Braoios Martinez  
 Presidente Executivo: Igor Montenegro Celestino Otto  
 Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO  
 Fone (62) 3274-3133 (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

**SIMESGO**

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano  
 Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes  
 Rua Costa Gomes, n 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 Rio Verde - GO  
 Fone/Fax (64) 3613-4810

**SINROUPAS**

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia  
 Presidente: Frederico Martins Evangelista  
 Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista - CEP 74180-160 - Goiânia - GO  
 Fone Fax (62) 3092-4477 - agicon@agicon.com.br

**SINDUSCON-GO**

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás  
 Presidente: Joviano Teixeira Jardim  
 Rua João de Abreu, nº 427 - Setor Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia - GO  
 Fone (62) 3095-5155 Fax 3095-5176/5177  
 contato@sinduscongoias.com.br

**SINDICATOS COM SEDE EM ANÁPOLIS**

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis / GO  
 CEP 75113-630 Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565  
 e-mail: sind.industria@terra.com.br

**SIAA**

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis  
 Presidente: Wilson de Oliveira

**SICMA**

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis  
 Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

**SIMEA**

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis  
 Presidente: Elton de Teles Campos

**SINCERAM**

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás  
 Presidente: Laerte Simão

**SIVA**

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis  
 Presidente: José Vieira Gomide Júnior

# Nova mentalidade

*Indústria incrementa investimentos na preservação de recursos naturais e cobra maior agilidade no licenciamento ambiental*

**A**s indústrias brasileiras estão conscientes da necessidade de adotarem práticas de gestão ambiental e pretendem ampliar seus investimentos destinados à proteção do meio ambiente. Mas a grande maioria delas enfrenta dificuldades na relação com os órgãos da área, diante da necessidade do cumprimento de exigências por vezes inadequadas sob o ponto de vista da aplicabilidade técnica e dos aspectos da sustentabilidade econômica.

Em Goiás, como em todo o Brasil, há desafios que precisam ser superados com urgência. Como integrar o setor empresarial e a sociedade civil na luta pelo desenvolvimento sustentável? Como promover avan-

ços de forma ambientalmente correta e socialmente justa? “As estratégias devem ser traçadas no sentido da busca das soluções para questões essenciais e da promoção da qualidade de vida de toda a população”, enfatiza Henrique Wilhem Morg de Andrade, presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg).

Entre as mais frequentes reclamações empresariais está o licenciamento ambiental. Apesar de, teoricamente, representar uma ferramenta de viabilização do desenvolvimento sustentável, ele tem sido pauta constante de discussões e críticas. É claro que todo investimento público e privado em infra-estrutura ou

em instalações produtivas (como a construção de novas fábricas, estradas, hidrelétricas etc) deve comprovar como vai administrar eventuais impactos sobre a natureza. Mas, a demora das análises dos processos pelos órgãos licenciadores (como o Ibama, no âmbito federal) e as autarquias ligadas às secretarias municipais e estaduais de meio ambiente, somadas às constantes intervenções do Ministério Público (que lança a discussão para o terreno do Judiciário), arrastam ainda mais a liberação dos empreendimentos.

Em meio a um sistema ainda carente de ajustes, o Ministério Público deve posicionar-se como ombudsman da sociedade, no sentido



**Impacto amenizado: empresas investem em sistemas de tratamento de resíduos**

de valorizar a própria independência e agir como impulsionador do desenvolvimento. “Só queremos que os acontecimentos sejam analisados com coerência, à luz da razão, e não, simplesmente, a partir de ideologismo infundado, do radicalismo de gabinete”, reclama Andrade. Alguns especialistas alegam que, por vezes, o Ministério Público extrapola sua competência técnica, observando a lei sob um modo antigo de aplicação. “Infelizmente, em nosso país, esses mecanismos funcionam como forma de repressão e não de educação. O mundo evoluiu e as leis continuam estáticas. É sempre aquela visão de comando e controle, que vem de uma concepção militar de Estado absoluto, que se espalhou por todas as esferas da gestão pública”, completa Osmar Pires, presidente da Agência Ambiental de Goiás (*leia entrevista nesta edição*).

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), intitulada A Indústria e o Meio Ambiente, revela que 74,5% das empresas de grande porte e 71,3% das pequenas e médias tiveram algum tipo de problema para

atender às exigências dos órgãos oficiais. As dificuldades maiores foram enfrentadas pelo setor de borracha (88,2%), de papel e papelão (81,5%) e de minerais não-metálicos (78,4%). Para ter uma idéia, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) levou nove meses para conseguir aprovar a expansão de sua planta de produção, localizada em Vitória, no Espírito Santo. E não pára por aí. Projetos menores deixam de existir pelo simples fato de não se viabilizarem no momento certo. “No caso de Goiás, a licença ambiental vale para dois ou três anos, no máximo. Ou seja, antes mesmo de se começar a produzir, a autorização está vencida”, acrescenta Andrade, que continua: “As dificuldades para o licenciamento atrasam o cronograma financeiro das empresas e suspendem as projeções de retorno dos investimentos, especialmente em um país em que a moeda perde valor ao longo do tempo. O setor pleiteia mais agilidade. Infelizmente, o serviço público demonstra fragilidade nesse sentido, pois a burocracia é muito grande.”

As experiências goianas já demonstraram que licenciamento precisa de tempo para alcançar uma resposta previsível. Para Andrade, trata-se de um meio de mediação de divergências, jamais de geração de conflitos. “Tudo fica muito ‘ideologizado’, as interpretações das leis divergem e os processos ficam irritantemente lentos”. Pires concorda com o representante da Fieg ao afirmar que o assunto não deve ser tratado sob o prisma da “paixão”, da utopia. Ele defende a utilização de pressupostos mais adequados e observados na prática, como a racionalização do processo produtivo, que objetiva otimizar todas as etapas da fabricação do produto, com vistas à redução de custos e à diminuição da capacidade poluidora.

Para os dois entrevistados, a legislação vigente no Brasil precisa de constante atualização para representar um controle positivo da degradação ambiental. A eles, importa também a adequação dessas regras em compasso com o desenvolvimento tecnológico. “Leis formuladas há 20 ou 30 anos não consideram as soluções que a ciência disponibiliza hoje. Ainda falta promover a inserção da análise do ambiente natural no planejamento das ações estratégicas que evitam conflitos na fase de implantação dos projetos” sugere Pires.

“As normas ambientais para a propriedade rural são altamente restritivas e, de certa forma, não consideram a realidade, mas, simplesmente, o interesse oficial, que se apresenta com o apanágio de atender a vontade de sociedade. Nesse sentido, vale tudo”. Essa crítica é feita pelo empresariado rural, nas palavras de Osvaldo Moreira Guimarães, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg). Tal declaração evidencia que outra vertente do setor produtivo brasileiro encontra-se em situação complicada face aos re-



Marcus Vinicius

**Indústria do couro: novas técnicas amenizam impacto no processamento**

quisitos apresentados pelos órgãos de gerenciamento ambiental.

“Não posso dizer que a relação entre empresariado e organismos de defesa do meio ambiente tenha mudado para pior. No que se refere à preservação, que exige uma melhoria na qualidade de alimentos, na vida da sociedade, ela é saudável e necessária. Embora seja preciso um entendimento tanto do poder estatal nos três níveis de administração, quanto dos poderes Legislativo e Judiciário. Não se considera a realidade das propriedades, mas o nível que os formuladores das leis imaginam que elas devem ter. Não se faz ainda a implementação da legislação por meio de uma consulta prévia dos segmentos envolvidos, o que permite o aparecimento de condições que o proprietário rural não pode atender. Como resultado, ele é tido como um fora-da-lei, o que não é desejável para nenhum processo civilizado, para uma convivência harmônica nas cadeias produtivas e na relação com a sociedade”, afirma Guimarães.

O trabalho da CNI constatou que, em contrapartida, a indústria brasileira quer responder positivamente às cobranças legais, aumentando os investimentos em preservação ambiental. Cerca de 73% das empresas se declararam interessadas em destinar recursos para essa área. A perspectiva é de que o número de empresas que vão aplicar mais de 10% do total de seus investimentos em projetos ambientais aumente dos 8,5% registrados em 2003 para 10,6%. Ao mesmo tempo, o total de empresas que pretendem usar menos de 2% dos recursos na área pode cair de 58,5% para 54,5%.

Para fazer com que o licenciamento ambiental realmente contribua para o desenvolvimento sustentável, é vital eliminar a escassez de recursos humanos e tecnológicos por parte dos órgãos licenciadores. O problema é admitido pelo próprio Ibama, responsável pela liberação de obras com

impacto nacional e regional. Outra questão importante é estabelecer competências claras entre as esferas municipal, estadual e federal. “O licenciamento deve ser estratégia para o Estado, pois lhe permite planejar e prever investimentos vinculados à sustentabilidade. O tratamento acaba sendo apenas burocrático”, avalia o representante da Fieg.



**Guimarães: normas desconsideram realidade**

Os caminhos para tornar o sistema eficiente estão sendo propostos e discutidos. A Fieg, por exemplo, incentiva a parceria construtiva entre setor privado e organismos governamentais. Com isso, fortalece-se a descentralização, pois os Estados têm papel fundamental na situação, pois que recebem a maior demanda de licenciamentos. Andrade comenta que a presença de Osmar Pires na Agência Ambiental de Goiás instalou boa interlocução entre os setores. “Ele é um técnico e tem experiência ampla na área. Agora, temos condições de sentar e discutir os problemas que nos atingem”.

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL** - A participação da Fieg é ampla e direciona-se para o estímulo ao uso

adequado da energia na produção de bens e serviços. A entidade despende esforços para a melhoria da eficiência energética dos equipamentos, além de divulgar e disseminar experiências bem-sucedidas na área. Ela também premia indústrias nas áreas de ecologia, conservação e uso racional de energia. Os eventos, normalmente promovidos pelos Sistemas Fieg e CNI, em parceria com Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás e Petrobrás, incentivam as indústrias a adotar ações que resultem em uso de tecnologias mais limpas, redução dos impactos ambientais, gerenciamento de resíduos sólidos, qualidade do ar, gestão de recursos hídricos e, ainda, iniciativas que estimulem a educação ambiental na empresa e na comunidade. Na última edição do concurso promovido pela Federação, a Monsanto conquistou o primeiro lugar na categoria educação ambiental, com o Projeto Soma, que promove campanhas de educação,

conscientização ambiental, legislação de agrotóxicos, descarte de embalagens e uso adequado de equipamentos de proteção. “Projetos dessa grandeza visam incentivar a conscientização ambiental”, afirma Andrade, que percebe um quadro mais animador da consciência empresarial. Atualmente, em sua opinião, o setor está mais aberto a novas informações e opta pelo melhor caminho de atuação. E, como já mencionou o próprio presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, em solenidade que marcou o lançamento do Programa de Bolsa de Resíduos em Goiás, “o empresário não está apenas preocupado com o lucro pelo lucro. O mais importante é produzir e consumir de maneira sustentável. Senão os bens naturais vão acabar, pois são finitos”. ■

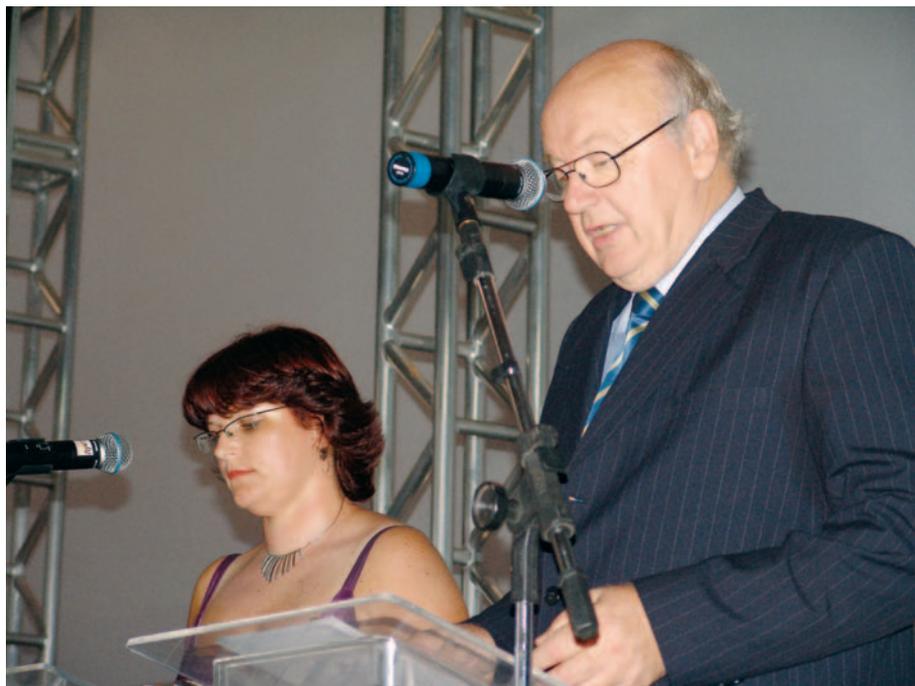
# Produção modelo

*Indústrias investem na produção de amido de mandioca com uso de tecnologia de última geração*

A instalação da GoiAmido Agroindústria em Jaraguá, Goiás, exigiu investimentos da ordem de R\$ 27 milhões. A fábrica, inaugurada no mês de janeiro, é um braço do grupo holandês Kappe Intermediar BV, com sede em Hovelte, Holanda, e tem o objetivo de produzir amido de mandioca com tecnologia de última geração.

Henriette van Kempen, administradora da empresa, calcula faturamento anual próximo de R\$ 30 milhões e informa que a estrutura é auto-suficiente em energia e obedece a todos os rigores das leis ambientais vigentes no Brasil. “Será o modelo mais moderno desse segmento na América Latina”, garante. O volume de produção esperado é da ordem de 100 mil toneladas ao ano de amido de mandioca natural e transformado, com rendimento em torno de 95%. Para alcançar auto-suficiência produtiva, cerca de 4 mil hectares foram arrendados em Jaraguá e 2 mil em Goianésia. Inicialmente, toda a produção será destinada ao mercado brasileiro, suprindo indústrias dos setores farmacêutico, de alimentação e bebidas, e outros.

A executiva acredita que a industrialização da mandioca e de seus subprodutos apresenta identidade com a economia goiana e permite aproveitamento de grande número de trabalhadores, cujo treinamento é oferecido pela própria indústria. Os cálculos ini-



**Henriette e Kappe: grupo investiu R\$ 27 milhões na região de Jaraguá**

ciais da empresa evidenciam uma possibilidade de oferecer cerca de 500 empregos diretos (50 na indústria e 450 na fazenda) e 2.500 indiretos, em Jaraguá e municípios incorporados à iniciativa. Isso sem contar o engajamento de grandes áreas rurais, por meio do arrendamento de fazendas produtivas voltadas para o cultivo da mandioca. “Além de outras propriedades que passam a ser incluídas no processo de produção por meio de parcerias com a GoiAmido, o que rende produtividade em larga escala o ano inteiro”, explica Henriette. O grupo também está ligado à Nivoba BV, produtora de equipamentos industriais

que projetou e construiu todas as máquinas na cidade de Veendam, na Holanda.

Já são nove projetos agroindustriais em fecularias implantados no Estado com apoio do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir), do governo estadual. As outras oito empresas do ramo são Agroindústria Caraíbas, em Abadiânia; Febela Fecularia, em Bela Vista de Goiás; Fecularia Firminópolis, em Firminópolis; Agroindústria Dico Peres, com duas unidades, em Iporá e Israelândia; Indústria Comércio Féculas, em Minaçu; Produtos Alimentícios Tapioca, em Rio Verde e a Aztec, em Crixás.



**Thiago Ferreira: possibilidade de produção de embalagem biodegradáveis**

**REALIZAÇÃO** - O empreendimento do grupo holandês Kappe Intermediar BV tornou-se possível a partir da atuação estratégica do Eurocentro instalado dentro da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), sob a responsabilidade de Eduardo Meirelles. Com o trabalho de promover e organizar atividades relacionadas com o Programa AI-Invest, uma rede de operadores da Europa e da América Latina que cooperam na organização de encontros entre empresas ativas no mesmo setor nos dois lados do Atlântico, o representante chegou até o empresário holandês Jantinus Kappe, proprietário da Nivoba BV. “Conseguimos nos comunicar com essa empresa na Holanda e ela se mostrou interessada em conhecer o projeto que estava paralisado e ainda se mantinha só na conversa”, conta Meirelles. O projeto original surgiu de uma tentativa frustrada de um grupo de italianos. Então, partiu-se para a idéia de fazer parceria com os empresários do setor alimentício em Goiás. O in-

vestidor estrangeiro entraria com o equipamento. Como a proposta não obteve apoio, Kappe decidiu seguir sozinho com o negócio, utilizando recursos captados na Holanda. “Enfrentamos muitos obstáculos”, admitiu o empresário em pronunciamento durante a inauguração da fábrica.

Com a orientação devida e, sobretudo, com paciência suficiente para superar as dificuldades diversas, a fábrica foi instalada como esperança de captação de novos investimentos do mesmo porte. “Um dos maiores benefícios que a chegada da empresa pode trazer a Goiás é o surgimento de uma nova cultura, de uma crença de que negócios assim podem dar muito certo”, argumenta Meirelles. A opinião do representante do Eurocentro na Fieg foi confirmada com a inauguração de outra fecularia no Estado, a Fecularia Bela Vista Ltda (Febela). Como o próprio nome sugere, a estrutura foi montada no município de Bela Vista de Goiás. ■

## Iniciativa goiana

A Febela não é resultado de negociação internacional, mas expressa a aposta do empresariado goiano nas oportunidades oferecidas pelo Estado. A execução do projeto industrial consumiu cerca de R\$ 7 milhões. Espera-se faturamento na ordem de R\$ 8 milhões ao ano, obtidos a partir do beneficiamento diário de 200 toneladas de mandioca. Em média, projeta-se a fabricação de 50 mil toneladas de fécula anuais.

Thiago Ferreira, administrador da empresa, adianta que 65% da indústria já estão prontos para duplicar a capacidade de produção, mas isso ainda depende da compra de alguns equipamentos. A unidade também adota tecnologias modernas. “O processo industrial é todo automatizado e não existe contato manual com o produto”, detalha Ferreira. Além disso, a empresa utiliza o sistema “tirador de terra” na unidade de descarregamento de mandioca. A técnica consiste em separar as raízes da terra contida no caminhão, por meio de uma peneira vibratória.

O administrador fala ainda da elaboração de um estudo sobre a possibilidade de implantar, dentro da indústria, a produção de embalagens biodegradáveis, usando a mandioca como matéria-prima. “Por enquanto, é apenas uma idéia que vai ser analisada com cautela”, diz.

# Juros altos abatem ânimo da indústria

*Consultores e economistas revelam cautela e projetam crescimento apenas ligeiramente maior para este ano*

O ritmo e a intensidade do crescimento da atividade industrial ao longo de 2006 dependerão primordialmente da velocidade da queda das taxas de juros básicas, definidas pela direção do Banco Central. Se nada de mais grave ocorrer no percurso, segundo espera a maioria dos analistas consultados, a indústria poderá superar o pífio crescimento acumulado no ano passado, embora as apostas do setor ainda mantenham um tom marcadamente cauteloso e não per-

mitam vislumbrar, ainda, vôos mais altos pelo menos durante a primeira metade do ano.

“O reflexo da redução da taxa Selic será sentido pela economia apenas a partir do final de maio, favorecendo algum aquecimento da demanda agregada”, analisa Cláudio Henrique de Oliveira, economista da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg). Conservadoramente, até pelo que ocorreu na virada de 2004 para 2005, quando se esperava que a economia pudesse manter o

mesmo fôlego observado nos meses anteriores, Oliveira prefere manter um pé atrás em relação às perspectivas que se desenham para este ano.

A análise antecipada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), tomando como base uma variação de apenas 1,4% para a atividade industrial no País na comparação entre o último trimestre do ano passado e igual período de 2004, incorpora um caráter igualmente realista ao examinar as possibilidades de crescimento para



Copebrás: adiado projeto de expansão do complexo em Catalão-Ouvidor

este ano. A previsão do instituto indica uma variação de 3,5% para o setor industrial, mantendo a “perspectiva de um padrão de crescimento semelhante ao do ano passado”. O Idei considera possível um ritmo de expansão maior para o setor, mas condiciona sua avaliação a três fatores, todos relacionados, direta ou indiretamente, à política econômica em vigor.

Taxas mais aceleradas do que a prevista inicialmente, informa o Iedi, podem até ocorrer, mas dependerão “da aceleração do corte da taxa básica de juros, acompanhada por uma intervenção mais eficaz no câmbio e da realização dos investimentos previstos em infra-estrutura”. Nos últimos dez anos, a média de crescimento da atividade industrial como um todo, no País, ficou limitada a 2,5%.

O economista Cláudio Henrique de Oliveira demonstra apreensão especialmente em relação ao cenário político e a seus possíveis

desdobramentos sobre a economia, principalmente em um ano de eleições. “Certamente, teremos uma quebra da continuidade na execução de políticas públicas, motivada pela troca de ministros e secretários nos governos federal e estadual”, obser-

va Oliveira. Adicionalmente, medidas eleitoreiras e uma política fiscal relativamente mais expansionista frente ao que se tem hoje poderiam alavancar o crescimento no curto prazo, afirma ele, mas tenderiam a gerar ciclos de curta duração.

## As projeções da Seplan para a economia goiana

Num trabalho preliminar, preparado pela equipe da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (Seplan-GO), depois de crescer 3,76% no ano passado, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado poderá repetir a dose neste ano, com avanço superior a 3,3% se considerada uma previsão de 5% para a inflação do período. Entre 1999 e 2005, de acordo com o mesmo trabalho, a economia do Estado acumulou crescimento de 34,53%, num ritmo duas vezes mais intenso do que o revelado para a média do País, que registrou salto de 17,23%. A participação do Estado no PIB nacional passou de 1,91% em 1998, quando somou R\$ 17,428 bilhões, para 2,37% em 2004, aproximando-se de 2,4% no ano passado ao atingir R\$ 45,867 bilhões.

A taxa projetada para 2005, a despeito da crise na agropecuária, ficou apenas ligeiramente abaixo daquela observada entre 2003 e 2004, quando a economia cresceu em torno de 4% no Estado, resultado inferior à média nacional (mais 4,94%). No ano passado, a situação parece ter se invertido, já que o PIB goiano cresceu mais do que a média. Na mesma comparação, a economia brasileira, segundo dados divulgados pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu apenas 2,3% em 2005.

Tratou-se de um desempenho modesto ao extremo, dada uma conjuntura internacional amplamente favorável, indicando crescimento mundial médio acima de 4%. No ranking montado pela Austin Rating, o Brasil surge em último lugar de uma relação das principais economias ditas emergentes e perde feio para China (9,9%), Argentina (9,1%), Índia (7,1%), Chile (6,0%), Peru (6,0%) e Rússia (5,5%), entre outros.

Frustrante, o baixo crescimento brasileiro sofreu forte influência da política de juros altos e da valorização do câmbio, o que desestimulou investimentos na ampliação da capacidade instalada. A taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo despencou de 10,9% em 2004 para apenas 1,6% no ano passado. “Esse baixo desempenho dos investimentos revela que a capacidade de crescimento da economia (nível de capacidade instalada) permaneceu praticamente inalterada em 2005”, analisa boletim distribuído pela Austin Rating a seus clientes.





**Alimentos: setor puxou crescimento da indústria em Goiás no ano passado**

**TÍMIDA MELHORIA** - A Sondagem Industrial, pesquisa trimestral realizada pela Fieg, aponta tímida melhora nos indicadores de expectativa no último trimestre do ano passado, quando comparados ao trimestre imediatamente anterior, que foi marcado por forte desaceleração da atividade industrial. No geral, as indústrias entrevistadas revelaram-se ligeiramente mais otimistas em relação ao comportamento da economia no primeiro semestre, com o indicador saindo de 61 para 63,7 pontos (um avanço de 4,43%). Segundo a metodologia da pesquisa, valores acima de 50 pontos devem ser vistos como positivos, sugerindo algum incremento da atividade.

Ainda assim, ressalta Oliveira, aquele dado mostra uma expectativa menos otimista do que no quarto trimestre de 2004, quando o indicador havia atingido 68,2 pontos. Desde lá, portanto, houve uma retração de 6,60% motivada em grande parte pela política monetária adotada pelo Banco Central (BC). A persistência de uma política de arrocho ao crédito, via manutenção de taxas de juros reais ao redor de 12% ao ano, levou a indústria goiana a um nocaute téc-

nico no último trimestre de 2005, conforme dados da pesquisa mensal sobre produção industrial física do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Depois de crescer 3,8% e 9,8% no primeiro e segundo trimestres do ano passado, sempre na comparação com igual período de 2004, a produção da indústria goiana aumentou apenas 1,7% no terceiro trimestre e encolheu 1,5% nos três últimos meses do ano. No fechamento de 2005, a indústria acumulou um avanço de 3,2%, bastante próximo da média nacional (crescimento de 3,1%). O resultado representou menos da metade da taxa verificada em 2004, quando a produção industrial havia

crescido 8,4% em Goiás (8,3% na média do restante do País).

Segundo o IBGE, as indústrias de alimentos e bebidas e de metalurgia básica contribuíram positivamente, com incremento, respectivamente, de 6,1% e de 14,8%. Mas produtos químicos e a indústria extrativa sofreram baixas de 11,3% e de 6,5%, pela ordem. Em dezembro especificamente, a despeito de um incremento de 3,1% na comparação com o mesmo mês de 2004, o indicador de base fixa aponta queda de 6,1% em relação a novembro, influenciada por um tombo de 28,7% para a indústria extrativa e recuo de 4,4% na indústria de transformação.

A edição de dezembro da pesquisa de Indicadores Industriais da Fieg traz números um pouco mais encorajadores, com algumas exceções de peso. A indústria extrativa mineral, com participação importante de empresas exportadoras, foi a vítima principal, no Estado, da apreciação do câmbio, o que afetou as receitas do setor, causando uma redução de 17,42% nas vendas, em termos reais.

Olhando pelo lado positivo, aquele foi o único setor a perder faturamento, embora tenha conseguido preservar os volumes vendidos. Metalurgia, usinas de açúcar e álcool e o segmento "outros" (que inclui confecções, calçados, móveis, etc.) experimentaram ganhos

## Acima da média

(PIB em valores correntes de Goiás e do Brasil, em bilhões de reais)

Período	Goiás	Brasil	Taxa de crescimento anual - Goiás (%)	Taxa de crescimento anual - Brasil (%)	Participação (Goiás/Brasil, em %)
1998	17,428	914,188	2,19	0,13	1,91
2003	36,835	1.556,2	5,06	0,55	2,33
2004*	42,000	1.769,2	4,00	4,94	2,37
2005*	45,867	1.932,9**	3,76	2,30	2,37

(\*) Projeção - (\*\*) Dado preliminar/Projeção Banco Central - ND: Não disponível  
Fonte: Seplan-GO

de 27,71%, 13,67% e de 10,23% respectivamente. O total de salários pagos, na média, aumentou 9,26% em termos reais, sob influência de um aumento de 6,82% no total de pessoas empregadas. As horas trabalhadas na produção avançaram 2,94%. “O setor trabalhou com estoques além do adequado, obrigando a indústria a operar uma redução de margens para se adequar a custos mais elevados”, comenta Oliveira.

**PROJETOS ENGAVETADOS -**

Um final de ano pouco promissor poderá desestimular novos projetos de investimento durante a primeira metade do ano, acredita o economista da Fieg. “Apenas projetos já iniciados ou planejados em 2004 e 2005 devem ser continuados pela indústria”, acrescenta. Recentemente, a Copebrás, controlada pela multinacional Anglo American, anunciou o adiamento do plano de investir mais de US\$ 180 milhões em sua unidade em Catalão, no Sudeste goiano. O projeto permitiria à empresa ampliar sua capacidade instalada na região de 1,3 milhão para 2,2 milhões de toneladas de fosfato beneficiado.

Oliveira sugere que a indústria como um todo pode mesmo anotar algum aumento no consolidado de todo o ano, mas a taxas pouco expressivas. No fechamento do exercício, o economista arrisca uma estimativa de crescimento de apenas 1,5% para as vendas reais da indústria, estimuladas pela perspectiva de desova dos estoques acumulados no ano passado, pela esperada continuidade de redução dos juros e como consequência de alguma recuperação da demanda interna.

Na média, avalia o economista Flávio Castelo Branco, gerente gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a indústria tenderá a apresentar um comportamento

## Desempenho da indústria em Goiás

(Taxa de variação em %)

Variáveis	Dez-05/Nov-05	Dez-05/Dez-04	2005/2004
Vendas	-1,95	8,71	-0,99
Salário	-1,77	13,97	9,26
Emprego	-2,16	7,89	6,82
Horas trabalhadas	-0,44	8,25	2,94
UCI	0,14	-2,63	0,30

Fonte: Fieg

mais favorável em 2006, mas ainda inferior a 2004, quando emplacou taxa de crescimento de 8%. Pode-se imaginar, diz ele, um incremento bastante próximo de 4,2% para o PIB industrial entre 2005 e 2006, num desempenho influenciado pelos setores de bens de capital e duráveis e pela construção civil.

Castelo Branco, assim como o consultor Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, não vê as eleições como um fator essencialmente negativo ou preocupante. Ao contrário de 2002, quando o mercado alardeava extrema insegurança em relação a um dos candidatos, produzindo uma “exacerbação do câmbio e do risco-país”, o que levou a uma escalada das taxas de juros, neste ano, “todas as candidaturas são conhecidas do sistema econômico”. Para o bem ou para o

mal, sabe-se o que pensam e não há previsão de surpresas no horizonte, o que tem servido para acalmar os mercados, derrubando o risco-país para níveis recordes de baixa.

O crescimento da indústria neste ano viria depois de um segundo semestre de estagnação no ano passado. Castelo Branco prevê novo recuo do desemprego, agora para 9%, diante de 10% em 2005 e de 11,5% na média de 2004. As exportações, a despeito da apreciação cambial, ainda tenderiam a manter um crescimento importante, abaixo de 10%, alcançando US\$ 130 bilhões nos 12 meses deste ano, perante os US\$ 118,3 bilhões em 2005.

**OTIMISMO MODERADO -** Agostini também trabalha com previsões ligeiramente mais otimistas para 2006, o que não significa que o País, mesmo diante de uma conjuntura internacional ainda francamente favorável, conseguirá editar taxas de incremento importantes. Na verdade, para a economia como um todo, o crescimento deverá mais uma vez atingir índices inferiores à média dos demais países emergentes, que tendem a crescer pouco mais de 4%, segundo estimativa da Cepal. Para o Brasil, a instituição projeta um avanço de 3,5%.

As premissas adotadas pela Austin Rating para construir cenários para a economia em geral e para a indústria em particular, neste ano, consideram uma previsão de cresci-



**Castelo Branco: desta vez, eleições não preocupam**

mento de 3,8% para o PIB geral e de 4,3% para o PIB da indústria, diante da expectativa de aumento de 4,5% para a produção industrial, de acordo com Agostini. “Embora esse seja um crescimento pouco expressivo, estará acima da média dos últimos dez anos, o que não deixa de ser algo digno de nota”, observa o economista.

A queda prevista dos juros, que há 31 anos não caem abaixo da barreira dos 15% ao ano, em termos reais, lembra Agostini, deverá favorecer nova ampliação da carteira de crédito no sistema financeiro, produzindo um crescimento médio de 18% na comparação com o ano passado. O total de empréstimos do sistema passaria, assim, de R\$ 606,9 bilhões para R\$ 717 bilhões. No caso das pessoas físicas, espera-se um salto de 25%, para R\$ 238,4 bilhões, suficientes para sustentar as vendas de bens duráveis.

O anúncio de um pacote de R\$ 18,7 bilhões para a construção civil, recheado com redução de impostos para materiais de construção, e de investimentos recordes da Petrobrás para este ano, algo em torno de R\$ 38 bilhões, deve puxar o setor de bens de capital e a indústria naval.

Num levantamento da consultoria Rosenberg & Associa-



**Agostini: juros reais não caem abaixo de 15% há 31 anos**

dos, o aumento do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda para Pessoas Físicas (IRPF), uma esperada redução do superávit primário do setor público de 4,84% para 4,25% do PIB e o pacote para a construção civil deverão irrigar a economia com mais R\$ 46 bilhões neste ano, correspondendo a aproximadamente 2,4% do PIB. Esses recursos tenderiam a ser injetados no consumo de bens semi e não duráveis, como vestuário, calçados, alimentos e bebidas, que são grandes ge-

radores de emprego e apresentam forte concentração na estrutura da indústria em Goiás.

O dado, analisado isoladamente, parece sugerir um incremento da renda disponível para consumo e, portanto, algum aquecimento da atividade econômica. O prognóstico somente pode ser levado em conta se as condições macroeconômicas sofreram alguma modificação, por meio de uma aceleração dos cortes nas taxas de juros básicos e uma conseqüente reversão da tendência recorrente de apreciação cambial. ■

## Crescimento concentrado em 2005

Apenas cinco setores, ou menos de um quinto dos 27 acompanhados pelo IBGE, foram responsáveis por 79% de todo o crescimento da produção industrial no ano passado. A elevada concentração, avalia o Iedi, indica que “a evolução industrial em 2005 não teve um padrão definido, ou seja, não se tratou de um processo encaixado, mas, sim, resultou de uma coleção de experiências individualizadas de crescimento setorial”.

Em 2004, quando a produção industrial havia experimentado um salto de 8,3%, os cinco setores que mais contribuíram para o crescimento tiveram uma participação de 57,1%, demonstrando uma evolução mais equilibrada entre os diversos setores da indústria. “A diversificação é positiva”, analisa o diretor-executivo do Iedi, Júlio Sérgio Gomes de Almeida, “pois permite que a economia aproveite melhor os diferentes dinamismos ou ‘momentos’ dos setores industriais”.

Lideraram esse processo as indústrias extrativa, puxada pela produção de petróleo em bruto

e minério de ferro, gráfica e de editoração (com destaque para revistas e jornais), farmacêutica (remédios à base de hormônios e outros antibióticos, com exceção da penicilina), material eletrônico e de comunicação (celulares e televisores a cores) e veículos automotores (automóveis bicompostíveis, principalmente). Nos dois últimos casos, o crescimento foi turbinado pelo avanço do crédito ao consumidor.

O Iedi destaca uma segunda característica no comportamento da produção industrial no ano passado, desta vez com viés positivo: a expansão foi liderada pelos segmentos da indústria de transformação considerados de alto conteúdo tecnológico. No geral, a indústria de transformação acumulou um avanço de 2,8% em 2005. A indústria de alta tecnologia (equipamentos de informática, farmacêutica, material eletrônico, equipamentos de comunicação, linha marrom, indústria aeronáutica, instrumentos médicos e de medição) anotou um salto de 12,5%.

# Um sopro novo

*Única a operar com vidro reciclado no Centro-Oeste, empresa diversifica linha, amplia produção e busca mercado externo*

**A** Vetare Indústria e Comércio de Vidros, única empresa do Centro-Oeste a operar integralmente com vidro reciclado e a segunda maior do País na linha ecológica, decidiu diversificar sua linha de produtos e desenha metas ambiciosas para 2006, quando pretende fazer sua estréia no mercado externo. “Nossas perspectivas são mais do que positivas. A empresa está consolidada, mas precisa dar um salto rumo à profissionalização da gestão, com mais investimentos em informática, formatação de contratos e processos, o que vai nos preparar para competir no mercado internacional”, resume Gilbert de Araújo Lemos Filho, proprietário da Vetare.

Instalada desde julho de 2003 em Nazário (GO), a 62 quilômetros da capital do Estado, a indústria produz 18 mil peças por dia, processando perto de 6 toneladas de vidro branco reciclado, fornecido por uma cooperativa de catadores de vidro com sede em Goiânia (GO). A partir de dezembro do ano passado, a Vetare investiu na reforma, modernização e ampliação de seu forno, num projeto concluído em março deste ano.

O investimento permitiu expandir a capacidade instalada total para 19 toneladas de vidro, 25% a mais do que as 17 toneladas registradas nominalmente até então. A empresa emprega cerca de duas centenas de pessoas diretamente, entre vidreiros, auxiliares e pessoal administrativo, e oferece vagas a deficientes físicos e mentais,



Silvio Simões

**Lemos Filho: planos ambiciosos para consolidar a modernização da empresa**

presidiários e idosos – na maioria dos casos, contratados na própria região. A Vetare decidiu, recentemente, diversificar seu mix de produtos, hoje recheado por quase 150 modelos, desde taças, vasos, fruteiras até bombonieres e globos para iluminação.

Desde a primeira semana de março, a Vetare iniciou a produção de telhas de vidro, num investimento de R\$ 40 mil, segundo Lemos Filho. Os recursos foram aplicados na adaptação de duas prensas, transformadas em pneumáticas para assegurar maior uniformidade e qualidade ao processo. Até aqui, toda a produção da empresa era realizada manualmente. “Seremos os primeiros a produzir telhas de vidro reciclado em Goiás. Percebemos uma carência no mercado e decidimos explorar esse nicho, com foco em lojas de material de construção”, afirma Lemos Filho. A produção inicialmente programada

deverá atingir um total de 20 mil peças por mês, das quais em torno de 10% devem ser destinados ao mercado goiano.

Como parte de seu planejamento estratégico, a Vetare se prepara para enfrentar seus competidores diretamente no mercado internacional. A empresa providenciou seu cadastro no sistema Brasil Trade Net e já recebeu as primeiras consultas de clientes potenciais da Venezuela, Espanha e Estados Unidos. De acordo com Lemos Filho, a empresa pretende atingir, ainda, os mercados da Argentina, Chile, Angola e África do Sul, com a contratação de um escritório especializado em exportações ou de uma trading company.

Ainda em 2006, a Vetare tem planos para montar, em imóvel próprio, um showroom e um centro de distribuição de pequeno porte, em Goiânia, de forma a assegurar maior penetração no mercado. ■

# Pequenos, mas mobilizados

*Micro e pequenas empresas movimentam-se para tentar assegurar principais propostas incluídas na lei geral do setor*

Um dos assuntos que mais mobilizam o setor industrial é a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O atual projeto de lei tramita no Congresso Nacional desde 2005 e está na Comissão Especial para apreciação das emendas e destaques. De acordo com o presidente do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Humberto Rodrigues de Oliveira, o primeiro projeto da lei geral foi desenvolvido pelo Sebrae, depois de consultas às empresas, empresários e segmentos organizados. Ao todo, foram cerca de dois anos de trabalho, numa parceria entre Sebrae e diversas confederações setoriais, com destaque especial para a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segundo o secretário-executivo do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa da Fieg, Rui Dias da Costa, algumas alterações em relação às questões não tributárias, propostas pela CNI, precisarão ser regulamentadas por leis complementares e outros mecanismos. Ele enfatiza que, dentre as inovações, merecem destaque a criação do Simples Nacional (Regime Único de Arrecadação) para os três níveis de governo e do Consórcio Simples, além da eliminação da bitributação causada pelo sistema de substituição tributária.

Um dos pontos mais polêmicos do projeto de lei refere-se à questão tributária. De acordo com Oliveira, a lei geral transforma

seis impostos federais (IRPJ, CSLL, IPI, PIS, Cofins, INSS Patronal), um estadual (ICMS) e um municipal (ISSQN) em um único. No final de dezembro, o governo federal editou a Medida Provisória 275, criando três faixas de faturamento anual para enquadramento: até R\$ 1,2 milhão, até R\$ 1,8 milhão e até R\$ 2,4 milhões, com níveis diferenciados de tributação. A MP definiu que nos Estados onde o PIB represente até 1% do PIB nacional as empresas seriam consideradas pequenas dentro da primeira faixa; naqueles com participação entre 1% e 5%, o enquadramento seria de até R\$ 1,8 milhão e, na faixa acima de 5%, o limite sobe para R\$ 2,4 milhões.

Ele acrescenta que, no texto da mesma medida provisória, foram criadas mais dez faixas do Simples e novas alíquotas do imposto. “O esperado era que se ampliassem as faixas sem alteração das alíquotas. Para evitar novo aumento, a proposta é colocar no projeto uma correção automática anual, por índice a ser definido”, enfatiza Oliveira.

Ao lado das pequenas empresas no caminho, surgiram frustrações, como aponta Costa. “A simplificação dos procedimen-

Silvio Simões



**Oliveira: vigilância contra tentativa de descaracterizar projeto**

tos de abertura e fechamento das micro e pequenas empresas, por exemplo, não foi contemplada no substitutivo da maneira desejada pelo setor”. Costa ressalta que a queda da informalidade será pouco estimulada com a aprovação do projeto como ele está. A burocracia e o regime tributário – com alíquotas a partir de 4,5% para a indústria – continuarão sendo entraves à formalização das empresas – “espinha dorsal” da proposta defendida pelo setor. ■

**ABERTURA E****DESINDUSTRIALIZAÇÃO - 1**

Os principais assessores do ministro Antônio Palocci, da Fazenda, e do Banco Central retomam a ofensiva interna em defesa de uma nova rodada de abertura da economia, com redução radical nas tarifas cobradas nas importações de máquinas e equipamentos e produtos industriais em geral. Num momento de valorização do real frente ao dólar, o corte unilateral de tarifas aduaneiras, numa fase crítica das negociações no âmbito da Rodada de Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC), poderá significar a mera substituição da produção local por importações, teme a indústria.

**ABERTURA E****DESINDUSTRIALIZAÇÃO - 2**

“Não é procedente a argumentação com que certos setores governamentais procuram ressuscitar a tese, abandonada no ano passado, de que se faz necessária uma nova rodada unilateral de abertura tarifária no Brasil”, argumenta o economista Júlio Sérgio Gomes de Almeida, diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). Segundo ele, a tarifa média cobrada no País sobre produtos industriais importados já é baixa, segundo parâmetros internacionais, chegando a 10,8%. Conforme levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), México e Índia cobram tarifas mais elevadas, entre 13% e 17%, pela ordem. China e Rússia adotam taxas bastante próximas da brasileira, ao redor de 9% e 10%.

**ABERTURA E****DESINDUSTRIALIZAÇÃO - 3**

A ausência de uma política industrial, agravada pela prática de

**CAMPANHA E MISTIFICAÇÃO**

Setores da equipe econômica federal retomam a carga contra o crédito direcionado, alegando que os empréstimos carimbados para a habitação, agricultura e pecuária e investimentos embutiriam subsídios e seriam responsáveis pela persistência das taxas de juros em níveis absurdamente elevados. Falso como uma nota de três reais. Os juros não caem mais rapidamente porque o Banco Central acredita que a economia do País não pode crescer mais do 3,5% ao ano. Subsídios acontecem quando o governo, o Tesouro abre mão de receitas para favorecer setores da economia. No caso específico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), única instituição a bancar financiamentos de longo prazo para projetos de infra-estrutura e investimentos em geral e alvo principal da campanha, não há prejuízos. O lucro do banco cresceu 113,8% no ano passado, pulando de R\$ 1,498 bilhão para R\$ 3,202 bilhões.

**Acima da média**

(PIB em valores correntes de Goiás e do Brasil, em bilhões de reais)

Itens	2004	2005
Receitas da intermediação financeira	12.915,5	12.348,4
Despesas da intermediação financeira	(11.084,9)	(8.245,5)
Resultado bruto	1.830,6	4.102,9
Outras receitas operacionais	47,9	895,6
Resultado operacional	1.878,4	4.998,5
Resultado antes da tributação	1.877,5	4.846,5
Resultado líquido	1.497,8	3.202,5

Fonte: Balanço da instituição

juros escorchantes e conseqüente apreciação cambial, começa a provocar estragos num setor chave para a geração e difusão de tecnologia e inovações. Segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Newton de Mello, o faturamento do setor despencou quase 10% em janeiro deste ano frente igual mês do ano passado, caindo de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 3,4 bilhões. O índice de utilização da capacidade instalada recuou de 80,36% para 79,56%, sugerindo uma queda no nível de investimentos na economia. Ao mesmo tempo, as importações de máquinas e equipamentos saltaram 34% também na

comparação entre janeiro de 2006 e igual mês do ano passado. Como resultado, “as máquinas nacionais estão sendo substituídas pelas chinesas, de pior qualidade mas com preços melhores por causa do câmbio”, comentou Mello ao jornal Folha de S.Paulo.

**ABERTURA E****DESINDUSTRIALIZAÇÃO FINAL**

Do presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Rogelio Golfarb: “Devemos ter cuidado com a abertura do mercado. A diferença entre o remédio e o veneno está na dose”.

Leoiran



Barreto na entrega do Prêmio Finep 2005: proposta é levar inovação para dentro das empresas

# Braço forte da ciência

*Nova lei cria entidade de apoio à pesquisa e à produção científica no Estado e pretende estimular a inovação tecnológica*

Um antigo sonho da comunidade acadêmica e dos setores produtivos goianos está se realizando. Em 12 de dezembro passado, o governador do Estado, Marconi Perillo, sancionou a lei que cria a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), entidade com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira. Ela surge como ferramenta importante para bancar o custeio e o financiamento de projetos de instituições públicas ou privadas, para conceder bolsas de pesquisa e apoiar eventos científicos e tecnológicos.

Para atingir aqueles objeti-

vos, segundo o secretário-interino da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (Sectec), Clecildo Barreto, estão programados investimentos anuais da ordem de 0,25% dos recursos do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Fundeteg), o que representaria, num cálculo inicial, aproximadamente R\$ 28 milhões, válidos para os dois primeiros anos. Agora, refazendo as contas, ele percebe que os recursos serão menores e devem ficar entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil. “Uma diferença significativa, infelizmente”, comenta.

Barreto enfatiza que a aspiração tornou-se possível graças à pressão e à vontade política do

governador Marconi Perillo, aos trabalhos conduzidos pela deputada Raquel Teixeira, sua antecessora no comando da secretaria, ao empenho do grupo que estudou o assunto durante seis meses e ao apoio oferecido pelo empresariado goiano. “É nossa contribuição à inserção de uma nova linguagem que nos garanta o direito de levar a inovação tecnológica para dentro das empresas. Inserimos o termo ‘financiar’ na redação da norma, pois a intenção inicial de ‘custear’ os projetos poderia não valer para a indústria, já que sugere o pagamento de toda a conta”, ressalta Nelson Aníbal, assessor do Conselho Temático de

Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (CDTI) da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg).

Os trabalhos começam a partir da confirmação dos nomes para o conselho superior, presidência e diretoria executiva da fundação. A representação do setor produtivo dentro da entidade deve concentrar-se na figura de Melchides da Cunha Neto, cotado para o cargo de presidente do Conselho Superior da Fundação e atual vice-presidente do Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg. Também circulam comentários em torno da provável indicação de Clecildo Barreto para a presidência da Fapreg. Sobre isso, o secretário-interino só deixa evidente os agradecimentos por ser considerado profissional de altíssima qualificação, já que são exigidos quesitos como título de doutor e produção acadêmica e científica reconhecida. Para ele, o momento é mesmo de ansiedade diante da perspectiva de divulgação, primeiramente, dos integrantes do conselho, formado pelo presidente e 15 membros. “Até junho, isso precisa estar pronto para que seja captada a verba federal”, adverte.

Goiás entrou com certo atraso na corrida pela modernidade científica e tecnológica, sendo um dos últimos Estados da federação brasileira a instituir uma organização de tal relevância. Aníbal lembra que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) já era prevista na constituição estadual de 1947. Porém, foi formalmente criada em 1960, permitindo, mesmo com uma espera de 13 anos, que o Estado assumisse a condição de pioneiro nesse tipo de ação. Realização semelhante ainda não é possível na maio-

ria dos Estados da região Norte, como Pará, Tocantins, Roraima, Roraima e Amazonas.

Por aqui, a iniciativa ainda precisa de médio ou de longo prazo para se firmar e conquistar a confiança das variadas esferas da sociedade. “Precisamos nos apressar. Não podemos partir de um cálculo de dez anos, porque, no momento atual, é muito tempo. Se olharmos para 25 anos atrás, a Coreia do Sul estava em posição inferior à do Brasil. Hoje, está bem à frente. O que eles fizeram foi investir em educação, em pesquisa e em formação de cientis-



**Aníbal: País precisa recuperar terreno**

tas. Mas é fundamental que não se esqueça a educação básica. Quando falamos em inovação tecnológica, valorizamos o nível de educação e conhecimento da maioria da população”, afirma Aníbal. Ele releva a urgência em promover uma aproximação entre o setor produtivo e a pesquisa científica. Reconhece, também, a lei da inovação, que existe no nível federal, como incentivadora do surgimento de uma cultura de valorização da ciência. A proposta de uma versão estadual da regra está em estudo. “Junto com a Fapreg, constitui ferramenta

indispensável para o desenvolvimento das nossas indústrias”, considera.

A idéia é remanescente da década 1970, ainda no século passado, uma época de grande efervescência intelectual no Estado, e foi encabeçada pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás (Adufg) e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC-GO). Os anos seguintes foram marcados pelas primeiras ações naquele sentido. Atribui-se ao ex-governador do Estado, Henrique Santillo, os esforços iniciais no contexto das considerações sobre o papel da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento sócioeconômico regional. Ele destinava 3% da receita estadual para o setor e foi homenageado postumamente na edição de 2005 do Prêmio Finep, realizado na Casa da Indústria, em Goiânia.

**INICIATIVA PREMIADA** - Em 2005, a Pctel, do segmento de eletrônica de hardware, foi a vencedora da etapa nacional do Prêmio Finep de Inovação e Tecnologia 2005 na categoria pequena empresa. Alexandre Rodrigues, proprietário da empresa, recebeu a premiação das mãos do presidente Lula, junto com outros seis vencedores nas categorias processo, produto, instituição de ciência e tecnologia, grande empresa, inovação social e inventor inovador. Aníbal esclarece que essas eventualidades também objetivam promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades ou institutos tecnológicos. “E não é a primeira realização goiana nesse aspecto. A Mecat Filtrações Industriais, associada da Abimaq, conquistou a premiação na categoria produto em 2004”. ■

# Soja e carne, ainda na liderança

*Produtos básicos atingem participação recorde nas exportações do Estado, que foram puxadas, em 2005, por países emergentes*

As exportações de Goiás fecharam 2005 em US\$ 1,816 bilhão, um recorde absoluto, e conseguiram preservar o ritmo de crescimento observado em 2004, registrando mesmo alguma aceleração – contrariando a tendência predominante para o total das exportações realizadas pelo País no ano passado. Na comparação entre os dois períodos, as vendas externas registradas a partir de Goiás cresceram 28,65%, diante de um incremento de 28,1% observado em 2004.

O desempenho superou a média alcançada no restante do País, já que as exportações bra-

sileiras aumentaram 22,63%, correspondendo a uma sensível desaceleração frente ao salto de 32,01% anotado entre 2003 e 2004, sob influência de um câmbio sobre-valorizado. O melhor desempenho relativo da balança comercial de Goiás, explicado pela maior participação de produtos de origem agropecuária e mineral na pauta de exportações, elevou a fatia do Estado no total das vendas externas brasileiras de 1,46% em 2004 para 1,53% no ano passado.

As importações goianas atingiram US\$ 723,93 milhões, crescendo 15,76% na comparação

com 2004, quando somaram US\$ 625,36 milhões. Como a velocidade de crescimento das importações foi proporcionalmente menor, supostamente em função de um desempenho apenas razoável da atividade econômica, o superávit comercial do Estado saltou praticamente 39% entre um ano e outro, alcançando US\$ 1,092 bilhão no ano passado. Em ambos os casos, os números são recordes na série histórica trabalhada pelo Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg).

Como resultado, a contribuição do Estado para o saldo



No porto: soja em grão representou 40,66% das vendas externas de Goiás

comercial avançou ligeiramente, saindo de 2,34% para 2,44%. Mas Goiás perdeu um posto em sua classificação entre os Estados que mais contribuíram para a balança comercial brasileira, passando da 10ª para a 11ª colocação, segundo estudo elaborado pelo CIN. O crescimento absoluto do saldo comercial do Estado, equivalente a uma variação de US\$ 305,95 milhões, correspondeu a 2,75% do incremento verificado no restante do País. O superávit total da balança comercial brasileira experimentou uma variação equivalente a US\$ 11,116 bilhões.

As vendas externas do Estado foram lideradas, mais uma vez, pelos produtos básicos, com destaque para o complexo soja e carne bovina, que somados responderam por 71,2% do total. Em 2004, essa participação havia atingido 68,3%. A variação reflete um avanço de 32,1% nos embarques de soja em grão e seus derivados (US\$ 1,034 bilhão) e de 41,9% para carne e miúdos bovinos (US\$ 258,36 milhões). Apenas a soja em grão, com vendas de US\$ 738,56 milhões (44,3% a mais), foi responsável por 40,66% das exportações goianas, diante de uma fatia de 36,25% em 2004.

Descontadas as vendas do complexo soja e da carne bovina, as exportações do Estado sofreram variação de apenas 17,2%, subindo de US\$ 446,92 milhões para US\$ 523,73 milhões. O avanço modesto, neste caso, foi influenciado pela queda de 15,6% nas exportações de ouro em barras e de 24,3% nos embarques de frango em pedaços. Quase 80% do crescimento das exportações goianas deve ser creditado ao avanço das vendas para mercados emergentes, com destaque

para a China e a Rússia. Juntos, os dois países passaram a responder por 16,33% das exportações, mais de duas vezes acima dos 7,04% registrados em 2004.

Excluídos os países mais desenvolvidos, as exportações realizadas a partir de Goiás somaram US\$ 789,20 milhões no ano passado, crescendo 65,44% em relação aos US\$ 477,04 milhões em 2004. A fatia dos países emergentes ou em desenvolvimento na pauta goiana foi ampliada de 33,79% para 43,45% no mesmo período. No caso dos demais países, que incluem potências como Estados Unidos e a União Européia, maior mercado para as exportações goianas, a variação limitou-se a 9,88% (de US\$ 934,73 milhões para US\$ 1,027 bilhão).

O maior apetite do mercado internacional pela soja e carne bovina goianas, num período em que a ocorrência de febre aftosa em Mato Grosso do Sul e no Paraná causou o fechamento daqueles mercados, além de São Paulo e Santa Catarina, para exportações, elevou a participação dos produtos básicos na pauta de comércio exterior do Estado a níveis recordes.

Ao longo do ano passado, as vendas daqueles produtos ao Exterior passaram a representar 83,68% de todas as exportações, frente a 83,27% em 2004. Há dez anos, aquela participação havia sofrido um recuo para 51,8%, com os produtos industrializados representando 48,2%. Para se ter uma idéia mais próxima do que

## Rumo ao segundo bilhão

(Exportações de Goiás, em US\$ milhões)

Ano	Vendas externas
1994	353,021
1995	248,654
1996	387,007
1997	475,555
1998	381,651
1999	325,863
2000	544,767
2001	595,069
2002	649,051
2003	1.102,201
2004	1.411,775
2005	1.816,293

Fonte: Fieg

significa essa dependência em relação aos produtos básicos, na média do restante do País, esse tipo de exportação anotou uma participação de 29,3% no ano passado, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Numa inversão, a pauta de importações apresenta elevada concentração em produtos industrializados, que representam 97,17% das compras totais do Estado, com participação de 86,42% no caso de produtos manufaturados. Numa outra classificação, insumos industriais e peças e acessórios de equipamentos de transporte representaram 61,37% das compras goianas no Exterior, frente a 64,8% em 2004.

Isoladamente, por classe de produtos, fertilizantes, adubos e suas matérias-primas tiveram sua fatia reduzida de 26,68% para 20,17%, respondendo à crise enfrentada pela agricultura e a um menor grau de utilização de tecnologia nas lavouras. Somados, três itens – veículos, motores, partes e peças, medicamentos e suas matérias-primas, além de fertilizantes – concentraram 56,55% das importações goianas (60,82% em 2004). ■

## START EXPORT

Desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) por meio de seu Centro Internacional de Negócios, o Start Export é um programa para auxiliar empreendedores iniciantes que tenham estabelecido a exportação como um de seus objetivos estratégicos e apresentem a capacidade para adaptar seus produtos às exigências do mercado internacional. Em Goiás, ele vem sendo desenvolvido em ação conjunta com a federação catarinense. A etapa de levantamento de informações já foi concluída e a capacitação da equipe técnica, iniciada. Dentre as ações, estão previstas capacitação de profissionais e definição de plano de ação de empresas para a exportação.

[cin@sistemafieg.org.br](mailto:cin@sistemafieg.org.br)

## PLATAFORMA BRASIL/EUROPA

A cooperação é o principal objetivo da Plataforma Brasil/Europa, um convênio estabelecido entre CNI/Sesi/Senai/IEL para troca de tecnologias, parcerias e investimentos, entre outros. Seu propósito principal é a formação de projetos multilaterais entre instituições brasileiras e estrangeiras e, para isso, reúne em um só ambiente as atividades desenvolvidas individualmente pelas entidades do sistema para garantir maior visibilidade ao Brasil. Por intermédio do Fieg/CIN, a plataforma já promoveu encontros entre empresas goianas e estrangeiras. Mais informações diretamente no CIN, no e-mail [cin@sistemafieg.org.br](mailto:cin@sistemafieg.org.br).

Marcus Vinicius



## QUALIFICAÇÃO INTERNACIONAL

A partir de março, a Fieg oferece a seus associados cursos de qualificação em comércio exterior, incluindo treinamento e noções básicas sobre exportações. Em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), aduaneiras e outras entidades, os treinamentos serão realizados na Casa da Indústria, por meio de seu Centro Internacional de Negócios (CIN), com turmas de 35 pessoas, e terão no máximo três dias de duração. O trabalho de sensibilização dos empresários deve ser desenvolvido durante três anos, sendo esta a primeira etapa. Confira exemplos de cursos a serem oferecidos:

- Treinamento em Exportação
- Marketing Internacional
- Logística de Transporte
- Estudos de Mercado

Contato: [cin@sistemafieg.org.br](mailto:cin@sistemafieg.org.br)

## PROGRAMA EXPORTA

Mais um produto passa a ser oferecido pelo Centro Internacional de Negócios (CIN) a partir deste ano. É o Programa Exporta CIN, uma ferramenta de assessoria direcionada para o comércio exterior que contempla atividades de avaliação da capacidade exportadora, pesquisa e prospecção de mercados internacionais e suporte em negociações visando à introdução de produtos no mercado-alvo. A assessoria é prestada por 12 meses por meio de atendimento individualizado e customizado e com contrapartida financeira da empresa participante. Podem aderir ao programa empresas exportadoras interessadas em novos mercados ainda não acessados e empreendedores iniciantes em busca de orientação especializada. Mais informações sobre o Exporta CIN podem ser obtidas com a responsável técnica do programa, Gabriela Argemon, pelos telefones (62) 3219-1488 ou 3219-1421. [cin@sistemafieg.org.br](mailto:cin@sistemafieg.org.br)

# Visibilidade. Lá fora

## Participação em feira gera novos negócios e encomendas para Grupo Imperial

**A** Fispal Latino 2005, realizada em Miami (EUA), promoveu a divulgação de empresas goianas no exterior. Com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), oito empresas participaram da feira, que mantém seu foco na criação de um ambiente de negócios que estimule a venda de produtos de origem latina do segmento de alimentação. Segundo o gerente de exportação do Grupo Imperial, Mario Melendez, o apoio da Fieg foi um incentivo a mais para participação no evento.

Sobre os resultados da Fispal Latino 2005, o gerente afirma que poderiam ter sido melhores se a empresa pudesse ter mantido os preços oferecidos, o que não foi possível em razão da sobrevalorização do real frente ao dólar. “Surgiu um projeto de 40 contêineres/mês para o governo da Flórida, para fornecimento de merenda escolar. Nosso preço original era competi-

### Edição 2006

Com o apoio da Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás (SIC) e da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), empresas goianas do setor de alimentos e bebidas participarão da 2ª Fispal Latino, também em Miami, entre 10 e 12 de maio de 2006. Interessados devem entrar em contato pelo telefone (62) 3219-1421 ou pelo e-mail [cin@sistemafieg.org.br](mailto:cin@sistemafieg.org.br).

tivo, no entanto não pudemos mantê-lo em razão da supervalorização do real”, afirma o gerente. O grupo desenvolve uma nova linha de cerveja, com lançamento previsto para 2006, sob encomenda de um cliente internacional. “Além disso, criamos uma outra marca própria de suco de laranja para uma empresa, também de fora do País, a ser comercializada nos países da África. Para esse cliente em especial, a entrega teve início em março com previsão para dois contêineres por mês. A mesma empresa estuda o lançamento de no-

vos sabores para o mercado norte-americano”, complementa o gerente.

A feira também foi um espaço para a exposição de novos produtos. Segundo Melendez, a empresa realizou lançamento exclusivo de um projeto em andamento, o Queen of Açai. Trata-se de um produto sem açúcar, composto por 100% de suco de maçã, açai e guaraná, com apoio de médicos nos Estados Unidos e Brasil.

Para o gerente de exportação, as expectativas para a próxima edição da Fispal Latino, a ser realizada em maio de 2006, são de que, além das novas possibilidades de negócios e do desenvolvimento de novos contatos, as empresas visitantes confirmem que o Grupo Imperial é uma indústria com estrutura apropriada e com foco no mercado externo. Melendez enfatiza que o

marketing cara a cara ajuda a vender mais: “O importador tem receio de não saber com quem está lidando e de que a empresa que está oferecendo o serviço não tenha a estrutura necessária para cumprir o que foi negociado”. ■



**Imperial: indústria demonstra competitividade ao conquistar contratos em Miami**

# Um esforço que se paga

*Oficina de Indicadores Ethos pretende criar uma cultura de avaliação de indicadores sociais entre as empresas de Goiás*

A responsabilidade social está cada vez mais presente na gestão das empresas em todo o mundo. Consciente da necessidade de incentivar a adoção de políticas naquela direção, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), por meio de seu Conselho Temático de Responsabilidade Social (CTRS), realizou a Transferência de Tecnologia da Oficina de Indicadores Sociais Ethos, em dezembro de 2005. A proposta é criar uma cultura de avaliação de indicadores sociais entre as empresas do Estado e, especificamente no caso da oficina, promover a capa-

citação de profissionais do Sistema Fieg e de empresas participantes do conselho.

Uma pré-avaliação dos resultados do evento foi realizada em Goiás, no dia 13 de fevereiro, com a presença de profissionais que participaram da primeira oficina, considerados aptos a trabalhar como multiplicadores. Concluída essa fase, outros cursos já estão programados, destinados a diferentes públicos. No dia 20 de março, 80 alunos de Administração da Faculdade Alfa e empresas associadas ao instituto cumprem nova etapa do processo. Na primeira quinzena de abril, está

prevista mais uma oficina, agora para todas as empresas associadas ao Instituto Ethos no Estado.

Durante o restante do ano serão atendidos os municípios de Itumbiara, Catalão, Rio Verde, Anápolis e Aparecida de Goiânia. As oficinas destinam-se a assegurar a qualificação de profissionais das empresas interessadas em adotar os indicadores Ethos.

De acordo com o assessor executivo do conselho, Leandro Gondim Silva, aqueles indicadores são ferramentas usadas pelas empresas para o preenchimento do balanço social e também para avaliar impactos sociais que a implementação das ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) provocaram.

O presidente do CTRS, Antônio de Sousa Almeida, enfatiza que a responsabilidade social deve ser encarada como um diferencial para as empresas, principalmente para as exportadoras. “A RSE pode ser considerada também como uma estratégia de marketing, já que a prática tem sido cada vez mais valorizada no mercado externo, ou seja, clientes de países importadores exigem comprovação de que as empresas brasileiras desenvolvem ações de responsabilidade social. O processo deve envolver, primeiramente, os colaboradores da empresa. Em seguida, as ações devem atingir clientes e fornecedores, visando, por exemplo, à erradicação do trabalho infantil e escravo. Numa fase posterior, o projeto também deverá ser estendido à comunidade. ■

Silvio Simões



**Almeida: um diferencial para empresas, especialmente para exportadoras**

# Qualidade de vida

*Incentivo ao voluntariado jovem ganha segunda edição em Goiás, com apoio da Fieg*

Um evento mundial que centraliza, em um único fim de semana, diversas ações praticadas por jovens dispostos a ajudar quem precisa e ampliar sua participação na solução de problemas comunitários. Assim pode ser definido o Dia Global do Voluntariado Jovem (DGVJ), que



**Em Goiânia: participantes comemoram Dia Global do Voluntariado em 2004**

acontece nos dias 21, 22 e 23 de abril. Segundo a gestora de Responsabilidade Social do Flamboyant Shopping Center, diretora do Instituto Flamboyant e uma das coordenadoras do Movimento de Voluntariado Jovem para o Estado de Goiás, Alessandra Louza, durante o evento, os jovens são estimulados a se engajar no programa, a promover ações para melhorar a qualidade de vida de sua comunidade, seu local de trabalho e demais ambientes onde atuam.

Para Rommel Senna, também coordenador do movimento em Goiás e consultor de Responsabilidade Social Empresarial da Fundação Aroeira, o objetivo principal da iniciativa é incentivar jovens a doar parte de seu tempo para o desenvolvimento de iniciativas voluntárias em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Ele enfatiza que a campanha envolve mobilização,



**Versão 2004: participação de jovens com patrocínio do Flamboyant**

visitas a escolas e palestras sobre a importância de ser voluntário. “O voluntariado começa em casa, na família, com uma visita a um parente mais velho, recolhimento do lixo da rua e se prolonga por todos os ambientes em que atuamos”, explica. Rommel esclarece que tanto ele quanto Alessandra atuam como pessoas físicas na coordenação do movimento em Goiás.

A participação de empresas é fundamental para a disseminação da cultura do voluntariado. O consultor afirma que elas devem incentivar seus colaboradores jovens e membros das comunidades em que atuam. O Conselho Temático de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) é importante parceiro do Dia Global do Voluntariado em Goiás, desde a primeira edição em 2004.

Naquele ano, o DGVJ contou com o patrocínio do Flamboyant Shopping Center, Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg, Fundação Aroeira, Brasil Telecom, Universidade Católica de Goiás e Gráfica Kelps. ■

## Mudar o mundo

De acordo com a organização não-governamental Natal Voluntários, a agência nacional de coordenação do DGVJ, as ações em todo o País terão como enfoque os objetivos do milênio - 8 jeitos de mudar o mundo, determinados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000. São eles:

- Acabar com a fome e a miséria;
- Educação básica para todos;
- Igualdade entre sexos e valorização da mulher;
- Reduzir a mortalidade infantil;
- Melhorar a saúde das gestantes;
- Combater a Aids, a malária e outras doenças;
- Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Jovens interessados em organizar comitês do voluntariado em suas cidades e conhecer mais sobre esse movimento mundial podem entrar em contato com Rommel Senna pelo e-mail [rommel@institutoflamboyant.org.br](mailto:rommel@institutoflamboyant.org.br).

# É assim que se alfabetiza

*Capacitação de professores e pesquisas garantem bons resultados para o programa desenvolvido pelo Sesi*

**M**oradora de Aruanã, no noroeste goiano, a 303 quilômetros de Goiânia, a estudante de História Vanessa Mendes acreditou que poderia mudar a vida de seus vizinhos analfabetos. No início deste ano, ela e outros colegas saíram em peregrinação, de casa em casa, explicando às pessoas, já adultas, como poderiam aprender a ler, escrever e a fazer contas. “Chegávamos com todo o material do Sesi e explicávamos passo a passo o processo de alfabetização. Assim, elas entenderam que não precisavam ter medo nem se sentir envergonhadas.”

Vanessa e cerca de 200 alfabetizadores voluntários de 36 municípios goianos haviam participado, também no começo deste ano, da formação inicial para alfabetizadores do Programa Sesi por um Brasil Alfabetizado. Desenvolvido desde 2003, em parceria com o Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o programa tem o desafio de alfabetizar 2 milhões de brasileiros até 2006. Em Goiás, a experiência deverá atingir nesses três anos cerca de 20 mil jovens e adultos.

Em Aruanã, mais de cem pessoas, entre 35 e 65 anos, assistem às aulas em salas disponibilizadas pela prefeitura. “Sinto-me muito orgulhosa quando vejo a alegria deles em aprender a ler e escrever. Muitos me contam

que não imaginavam que um dia escreveriam seus nomes”, ressaltou Vanessa.

Durante os três dias em que ocorreu a formação inicial, os alfabetizadores voluntários participaram de oficinas, palestras,

dinâmicas em grupo, para compreensão do processo de aprendizado do adulto e da metodologia adotada pelo Sesi.

**RELATÓRIO DA UNESCO** - A capacitação de alfabetizadores

## Ler, escrever e contar

*Consultora da Coordenação Nacional de Alfabetização do Departamento Nacional do Sesi e membro do Instituto Paulo Freire, Vânia Rego ministrou cursos para alfabetizadores voluntários durante a formação inicial. Nesta entrevista, ela explica a importância de o processo de aprendizagem levar em conta a realidade do aluno, sua experiência de vida e promover alfabetização diferenciada.*

**Quais os principais critérios que devem ser respeitados na alfabetização de adultos?**

Temos de considerar que o adulto já passou por diversas situações na vida, teve momentos em que foi preciso se posicionar, tomar decisões. Paulo Freire afirmava que o mundo em que ele está inserido é uma grande escola. E esta grande escola será mediada por um alfabetizador. O adulto já tem uma leitura de mundo, o que ele não possui é a decodificação dos signos lingüísticos. Ele consegue administrar seu salário mesmo que nunca tenha assinado um cheque. Deve-se aproveitar todo esse saber e sistematizá-lo para que ele aprenda a decodificar os signos lingüísticos.

**Como o Sesi prepara os voluntários para esse processo de alfabetização?**

A formação dos alfabetizadores passa pela contextualização histórica de educação de jovens e adultos no País. Temos de levantar algumas questões importantes que os façam refletir. Por exemplo, quem são os analfabetos no século 21 e por que chegam à idade adulta analfabetos. Eles precisam compreender que é necessário fazer uma alfabetização diferenciada, que respeite os aspectos regionais e não infantilize o aluno. O processo de capacitação é para suprir as deficiências metodológicas que o voluntário tem em sua formação e, principalmente, para que ele ajude no desafio de não mais se falar em analfabetismo no Brasil.

e outros esforços para o bom desempenho do programa foram atestados pelo relatório de pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Além de identificar e analisar a competência cognitiva dos alunos, a pesquisa estabelece novas diretrizes para o aperfeiçoamento do programa.

“Esse sistema de avaliação adotado pelo Sesi é único no Brasil e tem sido importante para orientar as decisões pedagógicas do nosso programa. Ele não avalia nível de aprendizado do aluno, mas as competências adquiridas que serão importantes para a sua vida, para o exercício da cidadania”, afirma o coordenador de Avaliação, Pesquisa e Desenvolvimento do Departamento Nacional do Sesi, Alex Mansur.

A pesquisa, que ainda está sendo finalizada em Goiás, avaliou alunos de sete Estados e do Distrito Federal e concluiu que, mesmo que haja vários empecilhos para o aprendizado, decorrentes principalmente do baixo poder aquisitivo das famílias, os estudantes mantêm a força de vontade e compreendem o processo de alfabetização como elemento de resgate de sua cidadania.

Ao todo, o índice de acerto dos estudantes foi de 68,2% em matemática e 64,9% em português. Na visão do gerente de Educação do Sesi, Luiz José de Macedo, o fato de os alfabetizadores serem integrantes da comunidade, possuírem contato com o aluno e compreenderem seu ritmo de vida também é um diferencial do programa, colaborando com o processo de aprendizagem. ■



# Ano-novo, escola nova

*Sesi firma convênio com a Votorantim Metais para gerenciar escola para filhos de funcionários em Niquelândia*

**S**eis de fevereiro de 2006. O primeiro dia de aula na Escola Macêdo, em Niquelândia, no norte goiano, a 380 quilômetros de Goiânia, foi especial. Na recepção, tapete vermelho e balões em forma de arco. Professores aplaudiam a entrada de pais e filhos. A escola, que fica na vila dos trabalhadores da Votorantim Metais, a 18 quilômetros da cidade, é mantida pela empresa e a partir deste ano será gerenciada pelo Sesi.

O novo convênio já é resultado da implantação da unidade integrada Sesi e Senai na cidade, complexo em fase final de construção por meio de parceria com a Votorantim, Anglo American Brasil e prefeitura.

A Escola Macêdo oferece Educação Infantil I, II e III e Ensino Fundamental, nos turnos matutino e vespertino, e iniciou o ano letivo com 196 matrículas. Na nova administração, foram feitas reformas e contratados 16 professores e funcionários. Além do amplo espaço físico, a escola possui videoteca, biblioteca, brinquedoteca e sala de informática. A unidade de ensino também vai



**Primeiro dia: aplausos na recepção dos alunos na Escola Macêdo, em Niquelândia**

adotar o Sistema Positivo de Ensino, metodologia de educação escolar implantada este ano pelo Sesi.

Durante a recepção, foram apresentados aos alunos os professores e funcionários da escola pela gerente da unidade integrada Sesi/Senai de Niquelândia, Misclay Marjorie.

“A Votorantim confiou nos serviços do Sesi. Esta é a primeira vez em que a instituição gerencia a escola de uma indústria, destinada exclusivamente aos filhos dos trabalhadores”, disse o gerente de Educação do Sesi, Luiz José de Macêdo.

O gerente de Recursos Humanos da Votorantim Metais, Marco Aurélio de Assis, afirmou que antes havia poucos alu-

nos e que muitos pais preferiam que seus filhos estudassem em escolas públicas. “Com a vinda do Sesi, os estudantes quiseram retornar à Escola Macêdo”, acrescentou.

Aluno da 5ª série, Jorge Virgilino, de 12 anos, está entusiasmado com a nova escola. “Quero saber mais do que eu já sei, ser uma pessoa importante e educar meus filhos com a educação que eu recebo. Gostei muito da forma com que fomos recebidos aqui. Me senti especial”, afirmou.

A Escola Macêdo já inicia a nova etapa com o desafio da inclusão de crianças com necessidades especiais. Rosália Barros, mãe da estudante Amanda de Carvalho, portadora de paralisia cerebral e aluna do 1º ano, afirmou que o desafio da escola não é só trazer as crianças especiais para o convívio com os demais alunos, mas também preparar os docentes para recebê-las. ■

Fotos: Sílvio Simões



**Jorge Virgilino (centro): “Quero saber mais do que já sei”**

# ‘Senai me ensinou a ser empreendedor’

*Durante dois dias, a 2ª Jornada Pedagógica discutiu diretrizes e ações da instituição no contexto socioeconômico do Estado*

“Fiz engenharia civil na Universidade Federal de Goiás, mas o curso não me preparou para atuar no meio empresarial. Foi o Senai que me ensinou a ser um empreendedor”. A declaração foi feita pelo empresário Marcelo Borba, diretor da MB Engenharia, durante painel de debates da 2ª Jornada Pedagógica Competência: uma Questão de Competências, promovida pelo Senai Goiás na abertura do ano letivo de suas unidades de ensino.

Realizado nos dias 1º e 2 de fevereiro, em Goiânia, o evento reuniu autoridades, empresários e educadores para discussão das diretrizes e ações da instituição no contexto socioeconômico do Estado.

Marcelo Borba mostrou os caminhos que levaram à consolidação da MB Engenharia no mercado e falou sobre a importância do Senai para o seu crescimento profissional.

Há mais de 17 anos a construtora mantém parceria com a instituição para formação profissional de seus colaboradores por meio de cursos ministrados pela Faculdade de Tecnologia Senai de Desenvolvimento Gerencial (Fatesg).

“A parceria com a instituição começou praticamente junto com a empresa. O primeiro curso que fiz no então Centro de Treinamento de Supervisores e Gerentes do Senai foi o de gerência participativa. Depois fiz diversos outros que foram fundamen-



Debate: Paulo Afonso Ferreira dirige painel sobre perspectivas para a economia goiana

tais para a minha formação como administrador e gestor”, reconheceu.

Nessa longa história de ações conjuntas, o empresário destacou a criação da Universidade Corporativa da MB, lançada em setembro de 2003. Trata-se de um projeto pioneiro no Estado e fruto de parceria com a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e o Senai. Em abril do ano passado, foi realizada a formatura da primeira turma de pós-graduação lato sensu em gestão corporativa, ministrada exclusivamente para executivos da MB Investimentos e Participações S/A e de suas empresas controladas. Com 448 horas de duração, as atividades da especialização foram desenvolvidas pela Fatesg.

A mesa-redonda sobre Goiás - Potencialidades e Perspectivas foi coordena-

nada pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e do Conselho Regional do Senai, Paulo Afonso Ferreira. Também foram debatedores o gerente da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno do Ministério da Integração Nacional (Ride), Fernando Safatle, o diretor do Grupo Mabel, João Carlos Gouveia, e o empresário Luiz Rézio, representando o secretário de Indústria e Comércio, Ridoval Chiarello.

Os participantes da jornada assistiram ainda à palestra Senai Brasil – Texto e Contexto, ministrada pela diretora de Operações do Senai Nacional, Regina Torres. Ela mostrou os desafios enfrentados pela instituição em meio às mudanças promovidas pela economia globalizada e às constantes inovações tecnológicas. ■

# Ensino médio e educação profissional, um desafio

*Estado e Senai apostam na articulação entre as duas pontas, em projeto piloto que envolve o curso de eletromecânica*

**C**em alunos do Colégio Estadual João Netto de Campos, de Catalão, assistiram, dia 10 de fevereiro, na Escola Senai local, ao lançamento do curso técnico em eletromecânica, que será ministrado de forma articulada com o ensino médio, em experiência piloto proposta pelo MEC à instituição e à Secretaria Estadual de Educação. Eles são candidatos às 32 vagas oferecidas na habilitação técnica, cujas aulas terão início no dia 27 de março deste ano.

Na faixa etária de 14 a 17 anos, os estudantes vão concluir, simultaneamente, o ensino médio e o curso técnico, com duração de 3.200 horas (ou três anos e meio),

incluindo 400 horas de estágio supervisionado em empresas locais.

No lançamento do projeto, a secretária da Educação, Eliana França, destacou o desafio de retomar agora uma experiência que foi malsucedida na década de 1970 e enfrentar o estigma deixado do “faz-de-conta que ensina e faz-de-conta que aprende”. Ela, no entanto, lembrou que dessa vez a articulação do ensino médio com a educação profissional, pioneira em Goiás, tem tudo para ser modelo para o País.

“Procuramos um parceiro que tivesse experiência acumulada em educação profissional. O Senai acreditou que a idéia seria viável e abraçou a causa. Pela excelência das ações da instituição, temos certeza

que o novo modelo de integração fará com que Goiás seja referência para outros Estados”, apostou.

Eliana disse que o principal objetivo é formar cidadãos com melhores condições para inserção na vida social e produtiva. Para ela, isso é possível por meio de uma organização curricular que contemple as competências de base humanística, científica e tecnológica.

“O projeto é inovador, visto que estamos propondo a articulação e não apenas a junção entre o ensino médio e a educação profissional. Com isso, queremos que o trabalhador seja também um empreendedor e mantenha sua empregabilidade em alta”, explicou.

Presente à solenidade de lançamento do curso, o governador Marconi Perillo disse que este é um novo desafio. “Somos a partir de agora pioneiros, novamente, no País, na implantação de um projeto educacional de ponta”, disse.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e do Conselho Regional do Senai, Paulo Afonso Ferreira, disse que a iniciativa exige coragem dos parceiros, que precisam atender ao dinamismo da economia e à demanda por profissionais cada vez mais qualificados. “Precisamos deixar de buscar gente lá fora e formar nossos próprios profissionais para as empresas que se instalam no Estado”,



Silvio Simões

Marconi Perillo, Raquel Teixeira, Antônio Ilídio e Paulo Afonso Ferreira: projeto inovador

# Do porteiro ao diretor

*Especializada na produção de ingredientes à base de milho, GEM Alimentos investe na valorização de seus colaboradores em parceria com o Senai*

**A**té o fim do ano, todos os funcionários da GEM Alimentos, num total aproximado de 130, entre diretores, gerentes, operadores, técnicos e auxiliares, participarão de projeto de educação profissional, em que estão incluídos desde cursos básicos de matemática e português até o de liderança situacional, passando pelos de segurança no trabalho e formação de brigada de incêndio. As atividades, iniciadas no dia 9 de janeiro, estão a cargo da Escola Senai Fernando Bezerra, de Rio Verde.

Localizada no município de Acreúna, a 150 quilômetros de Goiânia, a GEM atua nos segmentos de alimentos, bebidas, nutrição animal, adesivos, papéis, mineração e siderurgia, além de fabricação de marcas próprias. De olho na melhoria dos

padrões de qualidade do produto final, na otimização dos recursos e na redução de perdas, a indústria buscou a experiência do Senai na formação de mão-de-obra para aumentar a sua produtividade.

Para o diretor da empresa, Paulo Sérgio Santos, o sucesso do trabalho realizado pelo Senai em indústrias de grande porte, como a Perdigão, foi um dos principais motivos que o levaram a procurar a instituição para a preparação de seus recursos humanos. No caso da Perdigão, desde sua instalação em Rio Verde, em 2000, a indústria é atendida pela Escola Senai Fernando Bezerra.

“O Senai possui as melhores escolas profissionalizantes do mercado, com programações especialmente ajustadas às necessidades do setor industrial. Por isso, estamos

Fotos: Sílvio Simões



**Maiza Vieira: ganhos de produtividade para colaboradores**

apostando no êxito absoluto do projeto. No entanto, a GEM está consciente de que um treinamento dessa envergadura, envolvendo todos os nossos funcionários, exige acompanhamento diário tanto da empresa quanto do Senai”, disse.

**GEM Alimentos, em Acreúna: melhoria da qualidade do produto final**



O diretor explicou que faz parte das projeções da indústria ampliar sua atuação no mercado, com a conquista de novos clientes. “Para tanto, pretendemos dar continuidade à parceria com o Senai no desenvolvimento de programas de formação profissional que possam contribuir para o crescimento da empresa”.

e planejamento de atividades realizadas de acordo com as especificidades de cada segmento industrial. Além disso, com o programa de capacitação, vamos qualificar nosso próprio quadro de pessoal, ou seja, não precisaremos mais buscar mão-de-obra especializada fora daqui e a rotatividade também diminuirá”, explicou.

Para o diretor da Escola Senai Fernando Bezerra, Robert Bonuti, o diferencial do treinamento feito pela unidade para a GEM é que a qualificação envolve a indústria inteira. “Do porteiro à direção, todos farão os cursos. Isso facilita muito o relacionamento com as equipes, pois a linguagem no ambiente de trabalho será a mesma. Temos certeza de que a parceria trará excelentes resultados, porque nosso objetivo com o programa é fazer dele um cartão de visita do Senai Goiás, mostrar para as empresas que estamos comprometidos com o desenvolvimento social e econômico do Estado”, ressaltou.

**MOTIVAÇÃO** - Encarregado de expedição, Macir Gonçalves prevê que os cursos irão contribuir para a integração dos processos e para a boa comunicação entre os diversos se-

Silvio Simões



**Rogério Cintra: treinamento adaptado à realidade da fábrica**



Silvio Simões

**Marivan Cabral: processo contínuo de aprendizagem**

tores da fábrica. “Aqui muita gente não estudava havia muito tempo. Não é fácil voltar para o banco da escola, mas o Senai tem ótimos professores e muita experiência na formação de pessoas. Por isso, acredito que a instituição irá superar nossas expectativas”, afirmou.

Há apenas seis meses na GEM, o balanceiro Ricardo Monteiro já entrou no ritmo de produção e agora se divide entre o trabalho e o estudo. Por enquanto, fez o curso de português e está terminando o de matemática. “Quero aproveitar ao máximo a oportunidade que a empresa está me oferecendo, a de estudar em uma instituição respeitada como o Senai”, afirmou.

Para o motorista Marivan Cabral, 2006 será o ano de seu crescimento profissional. “Estou me sentindo motivado a fazer parte de um processo contínuo de aprendizagem, porque sei que a empresa está investindo em mim e acreditando em meu potencial. Pretendo fazer outros cursos no Senai”, disse.

Amauri Borges, da área de logística e produção, avaliou as aulas de português como fundamentais para o bom nível de comunicação interna e externa. Ele também falou sobre a importância da qualificação ministrada pelo Senai. “A instituição tem a maior credibilidade e visibilidade na área de educação profissional. Portanto todos ganham com o programa de capacitação, a empresa e o funcionário”. ■



Marcus Vinicius

**BENEFÍCIOS** - Gerente de Qualidade da GEM Alimentos, Maiza Vieira disse que o programa de capacitação é uma forma de motivar e melhorar a produtividade dos colaboradores. “O benefício mais importante da qualificação, da maneira integrada como está sendo feita na indústria, é que ela ajuda a aumentar a percepção do conceito de qualidade. O funcionário passa a entender o processo produtivo como um todo e a perceber que a melhoria do produto final também é responsabilidade sua, independente da função que ele desempenha”, explicou.

Há quatro anos na GEM, o gerente de Desenvolvimento, Rogério Cintra, apontou como uma das maiores vantagens do atendimento prestado pelo Senai Goiás, o trabalho adaptado à realidade da fábrica. “A instituição está sempre atenta às exigências do mercado, com métodos

# Procuram-se talentos

*Eleito pela CNI como melhor prática de ações desenvolvidas entre as federações de indústria de todo o País, programa do IEL prepara estudantes para se tornarem líderes executivos ou gestores de empresa*

**S**e você é universitário, está cursando o último ano ou é graduado há no máximo dois anos, com elevado nível de formação técnica e potencial para administrar empresas, sua carreira profissional tem futuro promissor no Programa Gestão de Talentos. A iniciativa, do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), prepara você para se tornar líder executivo ou gestor de empresa. A experiência foi eleita no ano passado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) como melhor prática de ações desenvolvidas no âmbito das federações de indústria em todo o País.

O trabalho com os jovens inclui processo seletivo, realizado semestralmente, e envolve avaliações técnicas, teórica e de uso de tecnologias, além de entrevista com empresas. Passada a seleção, segue-se a preparação de conteúdo (competências), a orientação comportamental e a elaboração do projeto de vida (carreira profissional), com vistas à produção de resultados inteligentes no cotidiano das organizações.

De acordo com o superintendente do IEL, Paulo Galeno Paranhos, a intenção é melhorar o capital de excelência de novos líderes em-

Silvio Simões



**O estudante Neimar Veloso e o empresário Guilherme Caldas: investimento em formação**

presariais, diante da latente demanda das empresas que estão instaladas em Goiás e também daquelas que estão chegando ao Estado por meio de profissionais capacitados. “O programa não oferece titularidade, mas sim competência, pois corresponde ao maior capital que as empresas de vanguarda estão buscando, ou seja, uma cultura de excelência embasada no potencial humano”, esclarece Paranhos.

O desenvolvimento do jovem profissional se dá pela abordagem de competências específicas de acordo com as necessidades das empresas por meio de um plano individual de maneira customizada. Para os candidatos selecionados, o programa oferece a chance e o desafio de complementar a formação em gestão e liderança, vivenciando o dia-a-dia, com orientação de especialistas que repassam conhecimentos não proporcionados pela universidade.

O estudante Neimar Veloso, 28 anos, há tempo procurava se qualificar na área financeira, quando decidiu se inscrever no Gestão de Talentos. Hoje, atuando em uma corretora de

 **Gestão de Talentos**

câmbio, garante que sem o programa não estaria conhecendo o mundo real do trabalho neste setor. “O Gestão de Talentos foi válido porque acredito que em outro lugar não teria o mesmo aprendizado que tenho aqui, pois estou em plena atividade e recebo orientação específica da empresa.”

Sócio-diretor da Gradual Corretora de Câmbio, empresa parceira do Gestão de Talentos que recebeu Nei-

mar, Guilherme Caldas admite que sempre encontrou dificuldades em selecionar profissionais qualificados e aptos a operar as atividades do setor financeiro. Para ele, o programa do IEL lhe poupou tempo e apresentou resultado, “pois a seleção do Gestão de Talentos torna-se um referencial e isso facilita para o empresário, que encontra no programa pessoas mais qualificadas, com aptidão e conhecimento

mínimo”. Por buscar incessantemente bons negócios para a empresa, Caldas investe nas pessoas e reconhece a importância de formar bem uma equipe. “Aqui as pessoas são trabalhadas. O investimento que faço nos profissionais permite uma formação específica com a necessidade e com a realidade da empresa, porque a atividade financeira é clara, intensiva e real, exige conhecimento qualificado e pessoa interessada em aprender e se qualificar.”

Por atender a três vertentes - a empresa, que busca profissionais com potencial a ser trabalhado; o jovem, de forma a inseri-lo no mercado de trabalho; e o Estado, diante das possibilidades de crescimento socioeconômico, aumento da competitividade e de conquista de mercados em âmbito nacional e internacional -, o Programa Gestão de Talentos constitui-se uma ferramenta de articulação de oportunidades que gera benefícios mútuos. Atualmente o Banco de Talentos do programa conta com 345 candidatos à disposição das organizações públicas, privadas, terceiro setor e entidades classistas. Esse universo de candidatos foi extraído das 5 mil inscrições que o programa recebeu durante a temporada de seleção no segundo semestre de 2005.

Conforme a gerente do Gestão de Talentos, Núbia Rodrigues, esses profissionais no futuro deverão atuar como multiplicadores do programa em organizações e empresas, “pois o ápice do Gestão de Talentos é a formação do Grupo Líder de Administradores Integrados, (Glai), que realimentará o programa, servindo de base de argumentação para as decisões tomadas pelas próprias empresas. O Glai é uma rede de networking entre os profissionais mais capacitados”, explica. ■

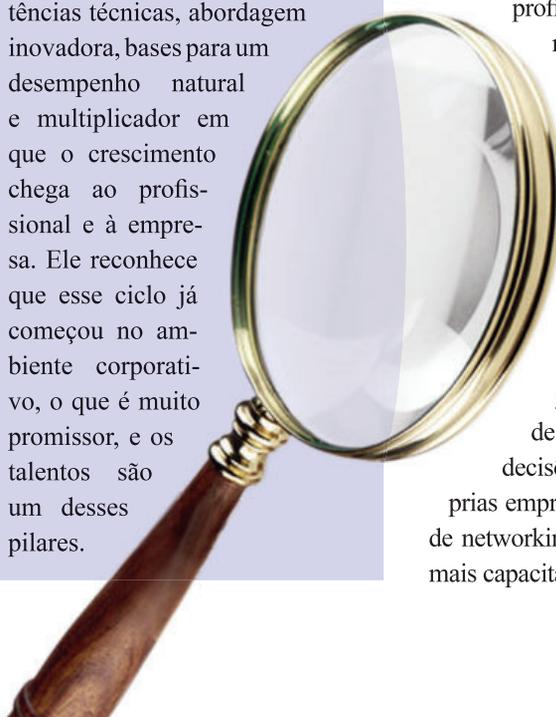
## O fator humano

O valor da gestão de talentos para as empresas é o mesmo que o da alfabetização para adultos, compara Mauro Press, consultor da Organização Condor Blanco, uma instituição situada no Rio de Janeiro que disponibiliza às pessoas e organizações técnicas para descobrir, ativar e transformar talentos em competências de alto desempenho, e criador do Método Maksuri. “A cultura do talento promove as condições excelentes para o desabrochar do potencial humano e conforma o maior capital de uma empresa, ferramenta para a realização pessoal e profissional.”

Como o mundo vive um tempo de mudança constante, o fator humano nas organizações passa a ser considerado o mais importante para sobrevivência e sucesso em longo prazo, e essa realidade leva empresas modernas a começar a identificar e preparar talentos, “pois para desenvolver um verdadeiro talento são necessários muitos anos de capacitação, treinamento e dedicação”, argumenta Mauro Press. Para ele, a empresa deve hoje se preocupar com sua capacidade em atrair e preservar empregos qualificados. Em sua opinião, uma empresa verdadei-

ramente comprometida com o sucesso integral, em todos os planos, capacita, promove e apóia seus trabalhadores. “Aqueles empresas que não desenvolvem talentos estão fadadas a desaparecer.”

Mauro Press aponta mudanças substanciais que a empresa deve considerar para seu triunfo neste século, a começar pelos líderes, que devem buscar reciclagem, passar por um período de redesenho de tudo o que pensam, sentem, dizem e fazem. “É como revisar o disco duro de um computador e deletar tudo o que já não serve”, diz. Nesse sentido, é significativo alavancar fatores de gerência, competências técnicas, abordagem inovadora, bases para um desempenho natural e multiplicador em que o crescimento chega ao profissional e à empresa. Ele reconhece que esse ciclo já começou no ambiente corporativo, o que é muito promissor, e os talentos são um desses pilares.



# Talentos, o maior capital de uma empresa



PAULO GALENO PARANHOS

Depois do mundo corporativo vivenciar várias crises e mudanças, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, e mais tarde a violenta globalização, a concorrência internacional e o veloz avanço tecnológico, as empresas começam a fazer sua parte na construção de um novo cenário.

No mundo dos negócios, competitividade é o adjetivo desse ambiente contemporâneo em construção, que pressupõe para o sucesso o capital humano. Nunca se falou tanto em buscar, investir e reter talentos, isso porque atualmente as pessoas passaram a ser vistas de forma diferente nas organizações mais modernas. Por análise, a construção de um novo cenário se dá pela percepção que as empresas têm do fortalecimento dos talentos, pois as pessoas são os talentos que diferenciam positivamente a empresa em seu mercado, e são elas a sua vantagem competitiva. É o capital humano das empresas que dá vida, movimento e fluxo ao cotidiano.

Uma empresa cujos colaboradores e líderes estão em sua melhor performance está ganhando a cada dia, e isso reflete a nova mentalidade no enfoque dos talentos que geram iniciativa, confiança e cooperação, o que faz aumentar a produtividade e o sentimento de pertencer àquela organização.

Não há dúvida de que os talentos, quando entram em ação, geram energias e, por esse ângulo, a capacitação torna-se algo canalizado com as necessidades latentes e mútuas. A organização dos talentos, aliada às características da empresa, não somente rende lucros, mas gera otimismo e certeza de continuidade, que clareia para cada pessoa a visão, a missão da empresa e, simultaneamente, o projeto de vida daquele talento.

Os bons resultados estão além da motivação. É preciso capacitar para tarefas, alavancar fatores de gestão e de lideranças buscando um salto natu-

ralmente excelente. As empresas devem estar dispostas a investir em talentos, em manter vivos os negócios. Devem também criar uma cultura organizacional, em que todos brilham concomitantemente, pois os benefícios são recíprocos.

O triunfo empresarial demanda a reinvenção da forma de agir, rompendo as zonas de conforto, de gerir, estimular, capacitar e premiar os colaboradores, os quais chamam-se talentos. Estes, um insumo de alto valor, devem ser agregados e guardados, já que se configuram no diferencial desta era. Se o conhecimento passou a ser considerado fator de vantagem para a empresa, devem ser nas pessoas os maiores investimentos a serem realizados, porque é nelas que o conhecimento reside, e é dele que o sucesso decorre.

Motivado por essa realidade e pela necessidade do mercado goiano por profissionais qualificados, com habilidades conceitual, técnica e comportamental, é que o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) desenvolve o Programa Gestão de Talentos. Esta ferramenta de articulação de oportuni-

dades entre empresas, talentos, profissionais orientadores e sociedade objetiva atrair, identificar e capacitar para o mercado jovens com elevado potencial de gestão a ser desenvolvido para se tornarem futuros líderes executivos e gestores das empresas. O Gestão de Talentos é um novo paradigma de trabalho, é a cultura das empresas de vanguarda, que valorizam, investem no capital humano, apóiam e dão condições propícias ao progresso de seus colaboradores, para que eles, saibam onde ir, o que fazer, como fazer e fazer com excelência.

**“As empresas devem estar dispostas a investir em talentos, em manter vivo os negócios”**

*Paulo Galeno Paranhos é superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) em Goiás*

# Qualidade no serviço público

*A SIC é o quarto órgão público do Estado a obter a certificação de seu sistema de gestão da qualidade e o primeiro a incluir todos os serviços e programas oferecidos*

Órgão fundamental no processo de crescimento e desenvolvimento da economia do Estado, a Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás (SIC) consolidou a qualidade em seus serviços com a obtenção da certificação de seu Sistema de Gestão da Qualidade segundo a NBR ISO 9001:2000, conferida pelo ICQ Brasil, organismo certificador ligado ao Sistema Fieg. A ISO 9001 trata-se da norma que define padrões e diretrizes para maior qualidade na gestão dos processos internos nas organizações, com

foco no resultado final do trabalho – a satisfação do cliente.

A pasta, que tem a missão de atrair, promover e desenvolver programas e projetos de fomento à indústria, mineração, turismo, comércio e setor terciário da economia do Estado, além de procurar somar esforços ao desafio desenvolvimentista do governo de Goiás, vinha preparando seu sistema da qualidade desde 2004, com a adesão ao Programa Qualidade Goiás, e conquistou sua certificação em dezembro passado.

A entrega da certificação se deu em solenidade no dia 25 de janeiro,



Chiareloto e Galeno: ICQ certifica todos os serviços e programas da secretaria



Chiareloto:  
redução de  
custos e maior  
qualidade com  
foco no cliente

com a presença dos colaboradores da SIC, secretários do Estado e representantes do governo e dos segmentos da indústria e do comércio. Na oportunidade, o secretário Ridoval Chiareloto ressaltou a importância da certificação para o órgão no estabelecimento e desenvolvimento do sistema da qualidade, na instituição de uma linguagem comum entre clientes e fornecedores e na consolidação da imagem externa como uma instituição organizada.

Segundo ele, a certificação trará gama variada de benefícios para a secretaria, seus clientes e colaboradores. “Teremos aumento de nossa participação no mercado e na satisfação dos clientes, redução de custos, melhoria na produção e maior competitividade e lucro para a secretaria. Em contrapartida, nossos clientes desenvolverão maior confiança nos serviços da SIC, maior satisfação em relação aos produtos adquiridos e melhor atendimento no caso de reclamações. Já nossos colaboradores, além de mais motivados, desfrutarão de maior empregabilidade no merca-



Fotos: Sílvio Simões

Promoção Industrial (Industrializa Goiás), Programa de Competitividade e Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Produzir) e Programa de Geologia e Mineração.

### MELHORIA INTEGRAL

- Com uma política da qualidade que visa “buscar constantemente o profissionalismo e responsabilidade nas relações com clientes, fornecedores e servidores,

oferecendo serviços com eficiência e capazes de proporcionar o desenvolvimento econômico sustentável do Estado, melhorando continuamente o sistema de gestão da qualidade e melhoria de vida da sociedade goiana”, a SIC terá com a conquista da certificação uma série de benefícios, extensivos à indústria e ao comércio goianos. Essas melhorias serão percebidas pelo empresariado nos cinco programas certificados na secretaria.

No Programa de Promoção Comercial, criado para divulgar e incentivar a comercialização dos produtos goianos com ações voltadas para o aumento da competitividade e o estímulo e realização de feiras e exposições, a SIC pretende trabalhar com a implantação de um sistema de avaliação desses eventos, realização de visitas técnicas e maior integração com autoridades, empresários e entidades.

O Industrializa Goiás, programa de atração de investimentos destinado a atrair novas indústrias, dando suporte e orientando os investidores no direcionamento de seus empreendimentos no Estado, vai trabalhar para a melhoria do atendimento ao investidor por meio de uma maior rastreabilidade do processo, desde a sondagem até a implantação do negócio, realizações de visitas e missões em busca do investidor, estudos de novas alternativas de atração de investimentos e articulação das ações da secretaria nas intervenções nos Arranjos Produtivos Locais (APLs). O programa visa ainda à articulação e parceria com outros órgãos e entidades do setor.

A principal vantagem para o Produzir, que incentiva, com financiamento do ICMS, a implan-

tação, expansão de indústrias, modernização tecnológica, gestão ambiental e revitalização de unidade industrial, será a unificação dos sistemas de informática, o que resultará em maior agilidade para a implantação do projeto por parte do empresário que procura o benefício. ■

do, melhor qualidade de vida, auto-desenvolvimento e maior estabilidade no emprego”.

Parceira da Secretaria de Indústria e Comércio, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás demonstrou sua satisfação com a certificação da SIC. “A Fieg, sensível à sinalização do governo do Estado na constante busca da qualidade, sente-se feliz e realizada com esta ocasião. A certificação da Secretaria de Indústria e Comércio, pelo ICQ Brasil, constitui um marco histórico nesse processo”, disse o presidente em exercício da entidade, Pedro Alves de Oliveira. Ele ressaltou ainda que, como a SIC trabalha diretamente com o empresariado, os grandes favorecidos são, em última instância, a indústria, o comércio e os prestadores de serviço.

A SIC é o quarto órgão público do Estado de Goiás a conquistar a certificação de seu sistema de gestão da qualidade e o primeiro a incluir todos os serviços e programas oferecidos: Programa de Promoção Comercial, Programa de Atração de

### Órgãos públicos certificados em Goiás

Órgão	Certificado em
Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (Aganp)	Março de 2003
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo)	Dezembro de 2004
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás (Sepplan)	Dezembro de 2004
Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás (SIC)	Dezembro de 2005



**Caravana:** escritores goianos na Bienal Internacional do Livro de São Paulo neste ano

## SIGEGO

*Caravana na Bienal do Livro*

Como fazem tradicionalmente, a Editora Kelps e a Distribuidora Leart participam da edição 2006 da Bienal Internacional do Livro de São Paulo. Com apoio do governo de Goiás e do Sebrae, a editora leva ainda uma caravana de escritores goianos para participar do evento. O primeiro grupo, de 16 autores, viajou em 9 de março. O estande da Kelps, de 60 metros quadrados, conta com a participação ainda das editoras da Universidade Católica de Goiás e Vieira. Organizada pela Câmara Brasileira do Livro, a bienal de São Paulo é considerada como um dos maiores eventos mundiais do setor editorial. Em 2006, participam cerca de 800 expositores, 40 deles estrangeiros, com expectativa de público de 540 mil visitantes.

## SINPROCIM

*Protesto contra aumento da ART*

Um aumento de 75% no valor da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) – de R\$ 8 para R\$ 14 – mobilizou as empresas do setor de produtos de cimento em Goiás. Segundo o diretor do Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás (Sinprocim), Mário Renato Guimarães de Azeredo, as indústrias apresentaram sua indignação em reunião realizada no dia 6 de março, no auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Goiás (Crea-GO). O diretor argumenta que o sindicato foi o segundo no Brasil a recolher esta taxa como forma de pressionar o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea).



**Na reunião (da esq. para a dir.):** Mário Renato G. Azeredo, diretor do Sinprocim; Francisco Almeida, presidente do Crea-GO; Marley Rocha, presidente do Sinprocim; Luiz Ledra, proprietário da Lajes Anapolina; e Ubiratan da Silva Lopes, proprietário da Lajes Vibracon

## SINDICALCE

*Projeto cédula da indústria*

A diretoria do Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás (Sindicalce) promoveu no início de março reunião com associados e lojistas goianos para melhorar a divulgação do Projeto MetrÓpole – Cédula da Indústria de Couro. O projeto é desenvolvido em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás (Acieg) e definiu como metas promover uma aproximação maior entre indústrias e lojistas e estimular a inserção de produtos goianos no mercado.



**Debate: lei geral abre ciclo de palestras técnicas promovido pelo sindicato**

## **SIMELGO**

### *Lei geral em debate*

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas foi escolhida como tema para abrir o ciclo de palestras técnicas realizadas pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo) em 2006. O evento teve como palestrante Humberto Rodrigues de Oliveira, presidente do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa da Fieg, que esclareceu os pontos sobre o conteúdo do projeto em tramitação no Congresso Nacional. Ele mencionou os principais avanços propostos e defendeu mais discussão sobre os pontos polêmicos.

## **SIFAEG**

### *Incentivos e produção em dobro*

O Sindicato das Indústrias de Fabricação de Alcool do Estado de Goiás (Sifaeg) homenageou o governador Marconi Perillo, em jantar realizado no Clube Ferreira Pacheco, em Goiânia (GO), no dia 13 de março. Recentemente, Perillo anunciou duas medidas de estímulo ao setor, ao autorizar a redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre o álcool combustível de 26% para 15%, medida que deve vigorar a partir de abril, e criar um regime especial de tributação para investimentos na produção de açúcar e álcool na região nordeste do Estado e no Entorno do Distrito Federal. Neste último caso, empreendimentos previstos para aquelas regiões poderão adiar o recolhimento de 98% do ICMS apurado, a título de financiamento. Nas últimas dez safras, a produção de cana em Goiás mais do que dobrou, passando de 6,33 milhões para 14,55 milhões de toneladas, num salto de quase 130%. A previsão é que volte a dobrar, para 30 milhões de toneladas, em quatro anos, segundo o presidente-executivo do sindicato, Igor Montenegro Celestino Otto.



**Homenagem: governador recebe medalhão pelos benefícios aprovados para o setor**

## **SINDILEITE**

### *Campanha de marketing*

Numa parceria com o governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda de Goiás (Sefaz-GO), o Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado de Goiás (Sindileite) lançou uma intensiva campanha de marketing para estimular o consumo de derivados lácteos no Estado, numa tentativa de enfrentar o crescimento da oferta. O acordo com o governo contempla redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre

laticínios de 7% para 5% e o compromisso das indústrias de destinar o correspondente a metade da receita adicional esperada para fazer o marketing do leite. O benefício deverá representar uma renúncia fiscal estimada em R\$ 6 milhões por ano pela Sefaz-GO, a ser compensada em função de um incremento do consumo de derivados de leite no Estado. Segundo dados do Sindileite, o consumo per capita de lácteos em Goiás gira em torno de 70 litros por ano, pouco mais do que a metade da média brasileira, que se aproxima de 129 litros por habitante/ano, e 35% dos valores recomendados pela Organização Mundial de Saúde



# Saúde do trabalhador, preocupação do Sesi

SIMONE FRAZÃO

O Sesi, com sua missão de contribuir para o fortalecimento da indústria e com o exercício de sua responsabilidade social, atua nas áreas de educação, saúde e lazer. Dentro da área de saúde, desenvolve o serviço de segurança e saúde ocupacional, levando em consideração a necessidade das empresas na busca de maior eficiência operacional, do aumento de sua produtividade e do alcance da qualidade, tão exigida atualmente por um mercado extremamente competitivo. Tudo isso com a preocupação de manter, melhorar e desenvolver as condições de vida no trabalho.

Nesse sentido, a medicina ocupacional tem como principal objetivo monitorar periodicamente a saúde do trabalhador, atestando sua normalidade ou detectando qualquer alteração ainda no início. Caso seja verificada alguma anormalidade, o médico do trabalho encaminha o paciente para tratamento e busca as possíveis causas no ambiente laboral. Para isso, recorre à área de engenharia de segurança do trabalho e, com uma equipe multiprofissional, estuda e propõe ao empregador a implementação de medidas que eliminem, atenuem ou reduzam as condições nocivas daquele local e ou daquela função.

A medicina ocupacional e a engenharia do trabalho, a princípio, baseiam-se na legislação trabalhista, que impõe a obrigatoriedade desse tipo de serviço, inserindo de forma compulsória profissionais que não estão envolvidos diretamente com a produção em si, mas com a preocupação de produzir sem riscos às pessoas envolvidas e sem grandes alterações do custo.

Essa intervenção, sem análise adequada, pode passar a idéia de ingerência na administração empresarial. Entretanto, quando o empregador entende o objetivo da obrigação legal e destina parte de seus investimentos à prática de prevenção de forma efetiva, junto ao planejamento da produção, percebe que a relação custo-benefício torna-se mais vantajosa quanto maior for a capacidade em conhecer os resultados auferidos. É evidente que investir em prevenção não contribui diretamente para o aumento da lucratividade, mas sim para a redução de despesas inesperadas e indesejáveis.

A empresa que atesta com evidências documentais o cumprimento da legislação e que cuida da melhoria das condições ambientais de trabalho alcança a melhoria da satisfação e do clima organizacional, evita multas da fiscalização do trabalho e previdenciária, bem como indenizações e acertos judiciais trabalhistas, deixando de acumular um passivo ocupacional que poderá inviabilizar suas atividades no futuro.

Nesse contexto, as atividades de saúde e segurança do trabalho (SST) do Sesi, divididas em departamento de higiene e segurança do trabalho (HST) e medicina ocupacional, encontram-se à disposição das empresas, com o principal propósito de apoiar o cumprimento dessas obrigações, por meio da orientação ao empresariado ou da prestação desses serviços.

O Sesi possui uma equipe altamente qualificada, composta por engenheiros de segurança, médicos do trabalho, técnicos em

**“A relação custo-benefício torna-se mais vantajosa quanto maior for a capacidade em conhecer os resultados auferidos”**

segurança e enfermeiros, para o desenvolvimento dos serviços ofertados. O Laboratório de Higiene e Segurança é equipado com equipamentos de última geração para a elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e Laudos de Periculosidade, assim como para orientação no preenchimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP). A credibilidade das avaliações ambientais está garantida mediante a realização da calibração anual desses equipamentos em laboratórios credenciados pelo Inmetro. Na área de saúde, o Sesi oferece a realização de exames admissionais, periódicos, mudança de função e demissionais e, ainda, possui parcerias com clínicas reconhecidas para a realização de exames complementares – tudo sob a supervisão do médico coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

Desse modo, o Sesi, com apoio do empresariado, cumpre sua missão social relativa ao desenvolvimento da pessoa humana, à qualidade de vida e à relação com os ambientes de trabalho.

*Simone Frazão é engenheira do Trabalho do Sesi-CAT Goiânia*

# Safra - Revista do Agronegócio

## Referência Nacional pela Segunda Vez



Pelo segundo ano consecutivo, a Safra - Revista do Agronegócio recebe o Prêmio **TOP DE AGRONEGÓCIO**, concedido pelo Instituto de Estudos e Pesquisas da Qualidade (IEPQ), como mídia destaque no cenário do agronegócio brasileiro. A indicação foi feita por meio de pesquisa realizada em 2004 e 2005 que apurou junto ao mercado, dados e informações sobre a Safra, no que se refere a inovações, tecnologia, responsabilidade social, tendências e melhoria da qualidade. Comemoramos com nossos parceiros, o Troféu TOP de Agronegócio, símbolo de prestígio e mérito pela qualidade conquistada no setor.

**Safra**  
www.revistasafra.com.br  
REVISTA DO AGRONEGÓCIO  
*Essencial*

# o SENAI chegou em Aparecida de Goiânia com mais de **20** cursos profissionalizantes



Gestão



Vestuário



Informática



Eletroeletrônica



# SENAI

[www.senaigo.com.br](http://www.senaigo.com.br)

Local: Centro Integrado Sesi/Senai Aparecida de Goiânia  
Rua dos Pirineus, Qd. 1, Lt. 1, Res. Village Garavelo  
Fone: (62) 3283-1300